

Martins de Carvalho, Francisco
A. (Francisco Augusto)
Guerra peninsular

GUERRA PENINSULAR

NOTAS, EPISODIOS E EXTRACTOS CURIOSOS

COLLIGIDOS

POR

Francisco Augusto Martins de Carvalho

(Este livro não se expõe á venda)

COIMBRA
Typographia Auxiliar d'Escriptorio

1910

GUERRA PENINSULAR

Composto e impresso em Coimbra
na Typographia Auxiliar d'Escriptorio
em 1910

GUERRA PENINSULAR

NOTAS, EPISODIOS E EXTRACTOS CURIOSOS

COLLIGIDOS

POR

Francisco Augusto Martins de Carvalho

(Este livro não se expõe á venda)

COIMBRA
TYPOGRAPHIA AUXILIAR D'ESCRIPTORIO
1910

Erratas — Pag. 10, linha 6, leia-se: *O commando*, em vez de *O commandante*. — Pag. 15, linha 13, leia-se *Encarnadouro*, em vez de *Ancoradouro*. — Pag. 76, linha 33, leia-se *por Boialvo*, em vez de *pelo Barril*.

I

LEGIÕES

Dava-se em remotas epochas o nome de *Legião*, a um pequeno exercito composto de 10 cohortes, que não passava de 3:000 homens no tempo de Romulo; de 4:200 no de Polybio; chegando algumas vezes a ter 6:000 homens armados, tendo a denominação de 1.ª, 2.ª, 3.ª, etc., *Legião*, ou adoptando os nomes quer dos imperadores, quer das provincias conquistadas, e muitas vezes os nomes das divindades da devoção dos chefes d'essas *Legiões*. (1)

O marechal de Saxe dizia em 1732 «que os romanos venceram todas as nações pela sua rigorosa disciplina, e fazendo da guerra um estudo e meditação continua. Accrescentava que renunciaram sempre os seus usos, logo que encontraram outros melhores, distinguindo-se n'isto, dos povos que venceram durante muitos seculos, sem que estes cuidassem jámais em se corrigir. As suas *Legiões* eram tão formidaveis, que uma só emprehendia as maiores cousas. *E' Deus sem duvida* (diz Vigecio), *que lhes inspirou a Legião*.»

Em Portugal tem sido creados, em varias epochas, alguns corpos com o titulo de *Legiões*. Vamos dar uma ligeira nota dos que se organizaram durante o periodo da

---

(1) Veja-se *Aos defensores da patria. A's guardas da nação armadas de piques*. Lisboa, 1809.

guerra peninsular, (1807-1814), e dos que faziam parte do exercito francez invasor, transcrevendo-a d'um volume de apontamentos, que a pouco e pouco temos colligido ácerca de diversos assumptos, intitulado *Miscellanea historico-militar.*

*

1.— *Legião de tropas ligeiras,* ou *Legião do Tejo, do Douro, e do Algarve. 1807.* —Em virtude das manifestações contra os francezes, succedidas em Lisboa no mez de Dezembro de 1807, procurou Junot tirar á nação todos os futuros meios de resistencia, concebendo immediatamente o projecto de reduzir o exercito portuguez. Mandou substituir as guarnições portuguezas por tropas francezas, não só na capital mas nas praças de guerra da fronteira, licenciou a maior parte dos nossos soldados, e planeou uma nova organização do exercito portuguez, que deveria ser constituido por 3 Legiões: —*Legião do Tejo, Legião do Douro,* e *Legião do Algarve.* A 1.ª deveria ser composta de um regimento de infantaria de linha e dois batalhões de infantaria ligeira, tendo 9 companhias de 80 homens cada batalhão; um regimento de cavallaria com 6 esquadrões a 96 homens, cada um; e um batalhão de artilharia com 500 homens distribuidos por 6 companhias. A 2.ª e 3.ª deveriam ter cada uma, um batalhão de infantaria ligeira, quatro esquadrões de cavallaria, e quatro companhias d'artilharia.

Por decreto de 22 de Dezembro de 1807 foi incumbido d'esta organização o marquez de Alorna, sendo tambem nomeado inspector geral e commandante das tropas portuguezas em Traz os Montes, Beira e Estremadura. Por motivos supervenientes, não chegaram porém a ser creadas as referidas *Legiões.*

2.— *Legião Portugueza* ao serviço do imperio francez. 1808 a 1813.—Em fins de Março de 1808 Junot, em cumprimento das ordens de Napoleão, mandou organizar e mar-

char para França, pela estrada de Almeida e Valladolid, uma divisão do exercito portuguez, composta de 6:000 homens de infantaria e quatro regimentos incompletos de cavallaria, sob o commando do marquez de Alorna.

A esta força havia sido promettido que apenas faria serviço nas guarnições de Pau, Bearn e Aoch; comtudo parte d'essa divisão foi empregada na guerra contra a Hespanha, obrigando-a a tingir as suas armas no sangue dos hespanhoes, que então combatiam pela independencia do seu paiz, e a outra parte foi espalhada pelo Hanover, Austria, Baviera e Tyrol, combatendo em prol da causa dos seus oppressores.

Por decreto de 12 de junho de 1808, determinou Bonaparte que estas tropas portuguezas tomassem o nome de *Legião Portugueza,* a qual juntamente com o exercito francez praticou actos de grande heroismo e valor em Wagran, Austerlitz, Iena, Dresde, de Moscou ao Beresino, de Beresino ao Rheno, etc., etc.

Foy referindo-se á *Legião Portugueza,* diz que *dois batalhões portuguezes se cobriram de gloria na vespera e dia da batalha de Wagran,* e o proprio Napoleão, na ordem do dia dirigida aos corpos que tomaram parte n'aquella batalha, dizia: *Estou contente comvosco; uma parte da victoria de Wagran vos é devida.*

A *Legião Portugueza* foi dissolvida em Novembro de 1813, em vista do decreto de Bonaparte que mandou desarmar todas as tropas estrangeiras que estavam ao seu serviço. Dos restos da *Legião,* com excepção de dois esquadrões de cavallaria, que se achavam na Saxonia, se formou um batalhão de pioneiros commandado por officiaes francezes.

D'esse punhado de bravos que constituiu a *Legião Portugueza,* poucos voltaram á patria.

3.— *Legião do Meio Dia. 1808.* —Em Junho de 1808, o Algarve tinha uma guarnição franceza composta de um batalhão de linha, uma companhia de dragões, outra de

artilharia, e a *Legião do Meio Dia,* sob o commando do coronel Mazarin, a qual juntamente com outras forças, atacou a cidade de Beja no dia 27 do referido mez de Junho. A ella se refere a *Relação breve e verdadeira da entrada do exercito francez chamado da Gironda em Portugal,* publicada em Lisboa no anno de 1809; o *Observador Portuguez,* publicado em Lisboa no mesmo anno; e a *Historia de Portugal,* de José Maria de Sousa Monteiro, tomo 1.º, Lisboa, 1838, etc.

4.—*Legião Hanoveriana. 1808.*—Pertencia egualmente ao exercito francez, e fazia parte da divisão do general Loison, o qual quando seguia com essa divisão para Badajoz, recebeu ordem para não entrar em Hespanha e marchar sobre Abrantes, Thomar, Leiria ou Batalha. Devia reunir-se ás forças que tinham marchado de Lisboa n'aquella direcção. Loison porém, não poude a tempo reunir-se á divisão de Delaborde, e foi por isso que não tomou parte com as suas forças na batalha de Roliça.

Tanto a *Legião Hanoveriana* como a *Legião do Meio Dia,* voltaram a Portugal, na segunda invasão franceza, fazendo parte da 4.ª divisão commandada pelo general Hendelet.

5.—*Legião Transtagana* ou *Regimento de voluntarios de honra de Beja. 1808.*—Em Junho de 1808 intentaram varias terras do nosso paiz, taes como Chaves, Villa Pouca de Aguiar e Braga, libertar-se do dominio dos francezes, porém só Melgaço conseguiu ser a primeira que sacudiu o jugo, para não mais se sujeitar a elle.

A Melgaço seguiu-se o Porto, Vizeu, Pinhel e outras povoações.

No Algarve foi Olhão a primeira terra a desenrolar o pendão nacional, seguindo-se-lhe Faro, Loulé, Lagos, Sagres e todas as povoações ao norte do Cabo de S. Vicente.

Em Beja, o corregedor João José de Mascarenhas, que se havia já dirigido a Faro a pedir soccorros para se restaurar aquella cidade e continuar a revolução no Alemtejo,

recebeu 400 espingardas que requisitara ao Conselho Supremo do Governo, e deu principio immediatamente á organização de um corpo de tropas.

Além das 400 espingardas, que haviam sido obtidas em Ayamonte, enviou o governo ao corregedor João José de Mascarenhas, mais 4 peças de montanha, alguns artilheiros, e todas as praças que se iam alistando nos regimentos d'infantaria de Lagos, Tavira e Villa Nova de Portimão. Foi este corpo de tropas que passou a denominar-se *Legião Transtagana* ou *Regimento de voluntarios de honra de Beja.*

A *Legião Transtagana* foi mandada dissolver pelos governadores do reino, por decreto de 14 de Outubro de 1808, passando a constituir os batalhões de caçadores n.os 2 e 5, creados respectivamente em Moura e Campo Maior.

6.— *Legião de voluntarios estrangeiros. 1808.* —Foi um dos corpos organizados no Alemtejo, apenas se estabeleceu em Estremoz a Junta do Governo do Alemtejo, que em seguida transferiu a sua séde para Evora, onde entrou a 20 de Julho de 1808. A *Legião dos voluntarios estrangeiros* era commandada pelo sargento-mór D. Antonio Maria Gallego, e pouca duração teve, pois que nenhum escriptor lhe faz a menor referencia depois da tomada de Evora pelos francezes, em 29 de Julho do referido anno de 1808.

7.— *Leal Legião Lusitana. 1808 a 1811.* —Foi organizada em Londres, em Julho de 1808, servindo-lhe de nucleo 800 officiaes, soldados e paisanos portuguezes, que se haviam refugiado a bórdo da esquadra ingleza que bloqueava os portos de Portugal, desde a partida da familia real para o Brazil.

A primitiva ideia foi organizar a *Leal Legião Lusitana* com infantaria, cavallaria e artilharia, visto acharem-se entre os refugiados alguns officiaes e soldados das referidas armas, a qual se completaria depois na cidade do Porto.

Desistiu-se porém d'essa ideia, por se não poderem obter com promptidão os cavallos necessarios, sendo sub-

stituido o primitivo plano, pelo de tres batalhões de caçadores e uma bateria de artilharia.

Chegados ao Porto, foi completado, em Setembro de 1808, o effectivo dos dois primeiros batalhões, por influencia do Principal Sousa, José Maria de Moura e Carlos Frederico Lecor. O commandante do 1.º batalhão, foi dado ao coronel Roberto Wilson, e o 2.º ao barão d'Eben. O 3.º batalhão nunca se chegou a organizar.

Por decreto de 24 de Junho de 1809, foi de novo organizada a *Leal Legião Lusitana,* sendo considerada como um regimento de infantaria ligeira, composto de um estado maior e de dois batalhões de 10 companhias cada um, tendo 88 soldados cada companhia, formando assim o total de 2:267 praças, incluindo os officiaes.

Durante a guerra peninsular a *Leal Legião Lusitana* tomou parte em varias batalhas, acções e combates, sempre com o maior arrojo e valentia. Pela ordem do dia de 4 de Maio de 1811, foi dissolvida a *Leal Legião Lusitana,* passando o 1.º batalhão a constituir o batalhão de caçadores n.º 7, o 2.º a constituir o batalhão de caçadores n.º 8, e servindo os officiaes e officiaes inferiores que ainda restassem, de nucleo ao batalhão de caçadores n.º 9.

8. — *Legiões de ordenanças* ou *Legiões de ordenanças da côrte. 1808.* — Por decreto de 23 de dezembro de 1808, foram creadas em Lisboa 16 *Legiões de ordenanças,* em que deviam entrar todos os cidadãos que contassem desde os 16 annos até aos 60, e que não estivessem sujeitos aos corpos de linha ou milicias, conforme o plano junto á mesma portaria, no qual se designavam os districtos de cada uma.

Cada *Legião* tinha 3 batalhões de 10 companhias. A companhia tinha a força minima de 105 praças; o batalhão 1:053; e a *Legião* 3:162. A cidade de Lisboa foi dividida em 16 districtos, e cada um d'estes em 3 zonas, correspondendo cada uma a um batalhão da *Legião.* As 16 *Legiões* eram assim designadas: 1.ª Santa Clara, — 2.ª Caes, — 3.ª Rocio, — 4.ª Campo de Sant'Anna, — 5.ª Paço

da Rainha, — 6.ª Praça do Commercio, — 7.ª Caes do Sodré, — 8.ª Carmo, — 9.ª Loreto, — 10.ª S. Pedro d'Alcantara, — 11.ª Estrella, — 12.ª Necessidades, — 13.ª Campo d'Ourique, — 14.ª Amoreiras, — 15.ª Cruz do Taboado, — 16.ª Belem.

Pelo aviso de 11 de Janeiro de 1809, foi permittido que os individuos que compozessem estas *Legiões*, podessem uzar de um uniforme á escolha do general da Provincia.

Estas *Legiões* foram extinctas pelo alvará de 12 de Dezembro de 1829, passando a constituir 8 regimentos de ordenanças, a saber: o 1.º regimento comprehenderia os districtos das *Legiões* do Campo de Santa Clara e do Caes; o 2.º das *Legiões* da Praça do Commercio e do Loreto; o 3.º os das *Legiões* do Carmo e de S. Pedro d'Alcantara; o 4.º os das *Legiões* do Caes do Sodré e da Estrella; o 4.º os das *Legiões* do Rocio e do Campo de Sant'Anna; o 6.º os das *Legiões* do Paço da Rainha e da Cruz do Taboado; o 7.º os das *Legiões* das Amoreiras e do Campo de Ourique; e o 8.º os das *Legiões* das Necessidades e Belem.

9. — *Legião Allemã. 1809.* — Esta *Legião* fazia parte do exercito inglez commandado por lord Wellington. A brigada Langwerth que pertencia á referida *Legião Allemã*, sob o commando do major general Murray, tomou parte no combate de Grijó em 11 de Maio de 1809.

10. — *Legião do Douro. 1809.* — O marechal Soult, duque de Dalmacia, publicou no Porto um decreto com data de 17 de Abril de 1809, (do qual possuimos um dos exemplares distribuidos n'essa epocha e impressos na Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro, folio a quatro columnas), mandando organizar immediatamente uma *Legião* de tropas de linha portugueza, composta de infantaria, cavallaria, artilharia e sapadores ou porta-machados, debaixo da denominação de *Legião do Douro n.º 1* ou *Primeira Legião do Douro*, devendo organizar-se seguidamente a *Legião do Douro n.º 2*.

Cada *Legião* seria composta de um estado maior, cinco batalhões de infantaria, um regimento de cavallaria, duas

companhias de artilharia, uma companhia de trens de artilharia e uma companhia de sapadores.

As *Legiões do Douro* não chegaram a constituir-se, visto ter retirado pouco depois do Porto o exercito francez, como consta de um interessante documento que possuimos. Referimo-nos á *Proclamação* com data de 13 de Maio de 1809, impressa no Porto na Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro, e dirigida aos habitantes da mesma cidade por sir Arthur Wellesley, *general em chefe do exercito britannico em Portugal, e marechal general do exercito de S. A. R., o Principe Regente,* dando conta de haverem sido expulsas as tropas francezas da cidade do Porto.

11.—*Corpo de cavallaria da Legião da Bahia. 1810.*—No archivo geral do ministerio da guerra, (1) existe apenas um livro de registo correspondente ao periodo de 1810 a 1825, do *Batalhão de cavallaria da Legião da Bahia,* e um outro dos *Esquadrões de cavallaria da Legião da Bahia.* Vê-se que é o mesmo corpo.

Devia ter sido creado o corpo de cavallaria da *Legião da Bahia* em Setembro de 1810, proximamente, visto que para *o crear e commandar,* foi promovido a sargento-mór Francisco de Paula e Oliveira, que depois apparece no posto de coronel.

*

Completaremos este capitulo, dando uma pequena noticia d'outras *Legiões* pertencentes ao exercito portuguez, embora organizadas em epochas diversas das que nos temos occupado, noticia que se encontra egualmente nos apontamentos que em tempos colligimos, e a que já fizemos referencia.

---

(1) *Historia da Cavallaria Portugueza.* Vol. 2.º, pelo sr. Christovão Ayres de Magalhães Sepulveda.

12. – *Legiões de voluntarios de Pondá e Bardez. 1773, e 1785 a 1821.* – Foi organizada a *Legião dos voluntarios de Pondá*, na India Portugueza, por ordem regia de 28 d'Abril de 1773. Compunha-se de 24 companhias de 50 soldados cada uma, ou 1:200 soldados no seu estado completo. Na regulação feita pelo governo do Estado em 2 de Novembro de 1785, foi creada a *Legião dos voluntarios reaes de Bardez*, passando ambas as *Legiões* a ser constituidas por 16 companhias de 70 soldados cada uma, ou 1:120 soldados cada *Legião*, além dos officiaes e officiaes inferiores, cabos, tambores, musicos, etc. A força d'estas *Legiões* foi augmentada em 9 de Maio de 1790, passando a ter cada companhia 95 soldados, ou 1774 cada *Legião* no seu estado completo. Por portaria do vice-rei conde de Sarzedas, de 9 de Janeiro de 1808, foi reduzida cada companhia a 80 soldados, ficando o estado completo de cada *Legião* com 1:623 homens (officiaes e soldados). Em 1819 foi mandado novamente restabelecer a regulação de 2 de Setembro de 1785, tendo porém cada companhia 70 soldados.

Em 1821, em seguida á revolta militar que fez proclamar a constituição politica da monarchia e depôz e prendeu o vice-rei conde do Rio Pardo, installou-se um Governo Provisorio, o qual procedeu a uma nova organização do exercito, que ficou constituido por sete batalhões de infantaria e um de artilharia, sendo dissolvidas as *Legiões de voluntarios reaes de Pondá e Bardez*, e encorporadas nos batalhões novamente creados.

13. – *Divisão auxiliar á Hespanha*, tambem designada em algumas obras, por *Legião Lusitana. 1793.* – Tendo o governo portuguez, em virtude dos tratados e estipulações feitas com a nação hespanhola, resolvido a participação de Portugal na guerra empenhada entre a Hespanha e a Republica Franceza, apressou-se o referido governo a mandar para Hespanha uma *divisão auxiliar*. O commando d'esta divisão, que havia primitivamente sido conferido ao tenente general marquez das Minas, e que este não poude

acceitar pelo precario estado de sua saude, foi confiado ao marechal de campo João Forbes Skellater, official escocez de boa reputação ao serviço de Portugal, sendo graduado em tenente general.

Fsta divisão, que partiu para Hespanha em Setembro de 1793, tomando parte muito distincta na guerra de Roussillon e Catalunha, era constituida pelos seguintes regimentos de infantaria: 1.º do Porto; 2.º do Porto; de Olivença; de Peniche; de Freire de Andrade; de Cascaes; e de uma brigada de artilharia. Regressou esta divisão a Portugal depois de feita a paz entre a Hespanha e França.

Alguns escriptores, se bem que em pequeno numero, dão a este corpo de tropas, como já dissemos, a designação de *Legião Lusitana.*

14.—*Legião das tropas ligeiras. 1796.*—Foi creada por decreto de 7 de Agosto de 1796. Compunha-se de um batalhão de infantaria de 8 companhias, de trez esquadrões de cavallaria com duas companhias cada um, e de uma bateria de artilharia ligeira a cavallo, sendo o total d'esta *Legião* de 1:379 praças.

No tomo I da *Historia de Portugal* de José Maria de Sousa Monteiro, dá-se a esta *Legião* a designação de *Legião Volante.*

15.—*Legião dos voluntarios reaes. 1806?*—Não nos foi possivel obter quaesquer pormenores relativos a esta *Legião* organizada no Brazil. Passou depois a denominar-se *Legião de tropas ligeiras,* segundo se lê no *Diccionario Popular,* dirigido pelo illustre escriptor Pinheiro Chagas, vol. 16, pag. 406.

16.—*Legião de S. Paulo. 1816.*—Esta *Legião* fazia parte da divisão dos *Voluntarios Reaes d'El-rei,* commandada pelo tenente general Carlos Frederico Lecor, e tomou parte nos combates travados no dia 18 de Novembro de 1816, junto a Chafalote, entre a vanguarda da mesma divisão,

commandada pelo marechal de campo Sebastião Pinto de Araujo Correia, e as forças inimigas do commando de Fructuoso Ribeiro.

17.— *Legião Constitucional Lusitana. 1821 a 1822.*— A *Legião Constitucional Lusitana* pertencia á divisão portugueza que fôra mandada embarcar para o Brazil em 1821, e que tomou parte no combate travado no dia 19 de Fevereiro de 1822, contra as forças brasileiras revoltadas, sendo as forças portuguezas commandadas pelo general governador da provincia, Ignacio Luiz Madeira.

No vol. 2.º da *Historia de Portugal* por José Maria de Sousa Monteiro é assim descripto esse facto:

«Na manhã do dia 19, quando apenas estavam fóra alguns piquetes para vigiarem na segurança do quartel, saiu do forte de S. Pedro uma força de levantados com duas peças de artilharia a atacar os piquetes da tropa de Portugal; mas reunido logo o batalhão 12, cujo quartel era o que ficava proximo, caiu sobre os sediciosos que se retiraram para o trem, onde se achava parte de suas forças com trez peças de artilharia, que fizeram um fogo vivissimo nos soldados de Madeira,—a final o trem foi occupado e os facciosos fugiram para o forte de S. Pedro, onde se recolheram. Durante este ataque a *Legião Constitucional Lusitana* occupava differentes posições para impedir a juncção do regimento de infantaria, e que o de caçadores se reunisse ao de artilharia do forte ou atacassem pela retaguarda os que se batiam com os do trem,—estes corpos levantaram-se, novo combate se travou, e uma parte acossada consegue unir-se aos rebeldes, em quanto que outra ficou prisioneira.»

A *Legião Constitucional Lusitana* era constituida por dois batalhões de infantaria.

18. —*Legião Patriotica do Alemtejo. 1833.*— Não foi publicada nas ordens do dia da epocha, a organização d'esta *Legião*, e apenas na ordem do dia n.º 166 de 21 de Janeiro de 1834, se encontra a nomeação dos respectivos officiaes.

A *Legião Patriotica do Alemtejo* compunha-se de um batalhão de infantaria, uma companhia de cavallaria e outra de artilharia. Foi organizada em S. Vicente da Estremadura hespanhola, por esforços do patriota José Joaquim d'Abreu e de outros homens importantes, sendo constituida pelos emigrados militares e paisanos que alli se encontravam, (com o fim de entrar em Portugal e tomar parte na lucta a favor da Carta Constitucional), e por alguns transfugas do exercito de D. Miguel, que voluntariamente se apresentaram ao commandante da *Legião*.

A *Legião Patriotica do Alemtejo* saíu do seu quartel em S. Vicente, no dia 11 de Dezembro de 1833, e entrando em Portugal dirigiu-se á praça de Marvão, que accommetteu e tomou sem perda de um só homem.

Quer a *Legião* quer as outras forças que defendiam a praça, tiveram de fazer varias sortidas sobre Portalegre e Castello de Vide, para abastecerem a praça de munições e mantimentos, portando-se sempre valentemente nos encontros que tiveram com o inimigo.

Na *Chronica Constitucional* de Lisboa, de 10 de Maio de 1836, vem publicada a ordem do dia do brigadeiro Alvares Pereira, de 26 de Abril d'esse anno, louvando a *Legião Patriotica do Alemtejo,* pela sua conducta e intrepidez no campo da batalha.

18.—*Batalhão da Legião de Honra. 1834.*—Além da *Legiâo Patriotica do Alemtejo,* a que nos acabamos de referir, ficaram a guarnecer e defender a praça de Marvão, durante o cerco que lhe poz Landersset, ajudante de campo de D. Miguel, a *Centuria Transtagana,* commandada por José Maria Grande, o *Batalhão da Rainha,* de que era commandante o coronel Celestino, e o *Batalhão da Legião de Honra,* sob o commando de Luiz Antonio de Abreu, composto de valentissimos ilheos, que haviam pertencido ao partido miguelista.

O commando de todas essas forças foi dado ao brigadeiro Antonio Pinto Alvares Pereira, que a *Legião Patrio-*

tica do Alemtejo ao entrar na praça fôra tirar da prisão onde se encontrava, nomeando-o governador da provincia, e entregando-lhe ao mesmo tempo o commando de todas as forças.

19. – *Legião da Carta. 1844.* No dia 4 de Fevereiro de 1844 revoltou-se em Torres Novas o regimento de cavallaria n.º 4, não só por causa dos vexames e injustiças que o governo estava praticando, mas principalmente por não ter cumprido o determinado no decreto de 10 de Fevereiro de 1842, que havendo proclamado novamente a Carta Constitucional, convocava côrtes extraordinarias para a reformar.

A' frente d'esse movimento collocou-se o coronel do regimento de cavallaria n.º 4, Antonio Cesar de Vasconcellos Correia.

O capitão de artilharia José Estevão de Magalhães, poude reunir n'essa occasião um grande numero de militares de todas as armas, assim como differentes paisanos pertencentes ao partido setembrista, juntando-se immediatamente ao coronel Vasconcellos, e seguindo para a praça de Almeida.

Apezar de se não encontrar na maior parte dos jornaes da epocha, ou em publicações posteriores, noticia alguma da qual se conclua, ter sido dada ás forças de José Estevão, qualquer denominação especial, é certo que se encontra essa designação no n.º 16 do *Boletim Official* de 17 de Março de 1844, publicado no Porto, que declara estar *José Estevão nomeado commandante da «Legião da Carta», que consta de cousa de sessenta paisanos.*

O limitado numero de individuos que o *Boletim Official* attribue ás forças commandadas por José Estevão, não representa a expressão da verdade. E' necessario dar o devido desconto ás noticias publicadas no *Boletim Official*, que por ser governamental, são suspeitas quando se referem aos revoltosos que então se encontravam na praça de Almeida.

20.—*Legião Auxiliar Patriotica das Provincias do Norte* tambem conhecida, embora impropriamente, pela designação de *Legião Transmontana. 1846.* —Foi mandada organizar por decreto da Junta Provisoria do Governo Supremo do Reino, publicado no Porto a 10 de Novembro de 1846, devendo ser constituida por cidadãos dos districtos administrativos de Vianna, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Vizeu, Guarda e Traz os Montes, que voluntariamente se quizessem alistar na referida *Legião,* e pelos que pertencessem a quaesquer batalhões já organizados, e que preferissem servir n'esta *Legião.*

A *Legião* constava de sete batalhões de tropas ligeiras, numeradas de 1 a 7. O fardamento era de saragoça com gola e carcella verde e botões amarellos, bonet da côr da farda com lista verde, e em letras iniciaes a seguinte legenda:—L. A. P. P. N.,—tendo por cima da legenda uma corneta e o numero do batalhão.

Pertenciam ao 1.º batalhão os alistados dos differentes concelhos do districto administrativo do Porto,—ao 2.º os de Braga,—ao 3.º os de Vianna,—ao 4.º os de Aveiro e Coimbra,—ao 5.º os de Vizeu e Guarda,—ao 6.º os de Villa Real,—e ao 7.º os de Bragança.

Os 5 primeiros batalhões foram organizados ainda no mez de Novembro de 1846; os 6.º e 7.º no mez de Dezembro do mesmo anno.

A *Legião Auxiliar Patriotica das Provincias do Norte,* bem como todos os corpos do serviço da Junta do Porto, foram dissolvidos em 30 de Junho de 1847, em virtude da Convenção de Gramido e intervenção estrangeira, que puzeram termo á guerra civil.

21.—*Legiões auxiliares de 3.ª linha. 1859.*—N'este anno o general visconde de Ourem, considerando todos os inconvenientes da legislação em vigor n'aquella epocha, procurou remedial-a apresentando na camara dos pares, em sessão de 19 de Maio, um projecto de lei para se organizarem de novo corpos de 2.ª e 3.ª linha, com o titulo de

Auxiliares e *Legiões* que correspondiam aos antigos regimentos de milicias e ordenanças. Estes corpos poupariam em tempo de paz muitos dos serviços de policia em que se empregavam os corpos de 1.ª linha, e deixariam disponivel o exercito em tempo de guerra, para ser empregado activamente.

Os corpos auxiliares de 2.ª linha seriam denominados *Batalhões*, e os corpos auxiliares de 3.ª linha *Legiões*. As *Legiões* deveriam ficar sujeitas ao ministerio do reino e aos governadores civis dos districtos que seriam os respectivos commandantes. As companhias seriam commandadas pelos administradores do concelho, etc., etc.

O projecto do general visconde de Ourem não chegou a ser discutido. (1)

---

(1) Não temos a pretensão de dar uma nolicia completa ácerca do assumpto tratado n'este capitulo. Um nosso amigo e camarada nos informou ha tempos de que vira referencias a uma *Legião de caçadores*, organizada no Brazil; mas nem elle nem nós podémos, até hoje, obter informações mais detalhadas a tal respeito Limitamo-nos portanto a publicar as notas relativas a *Legiões* que se encontram nos nossos apontamentos.

II

DONATIVOS E PRESENTES ENTRE PORTUGUEZES E INGLEZES

1808

A insurreição de Portugal contra os francezes a favor da sua independencia, explodiu no norte do paiz no mez de Junho do referido anno. Melgaço sublevou-se no dia 11; Bragança, Chaves e Villa Real, revolucionaram-se nos dias 13, 14 e 15, e pouco depois toda a provincia de Traz os Montes; a cidade do Porto saccudiu definitivamente o jugo a 18 do referido mez, creando-se ahi uma *Junta provisional do governo supremo,* etc., etc.

Para auxiliar a insurreição em Portugal, veio de Inglaterra um exercito de 13:000 homens, commandado por sir Arthur Wellesley (lord Wellington), que desembarcou desde 2 a 5 de Agosto de 1808, na Costa de Lavos.

Ápenas constou em Pombal a chegada do exercito inglez, o governador da mesma villa, Francisco Peregrino de Menezes, escreveu a Wellesley, «offerecendo-lhe em nome dos moradores de todo o seu districto, o seu dinheiro, os seus fructos, os seus transportes, e as suas proprias pessoas, ao passo que elle como particular offerecia egualmente os donativos da sua casa, acompanhados dos mais ardentes desejos que tinha de o poder obsequiar e servir».

A esta carta respondeu o general inglez com outra datada de 2 de Agosto.

Em Coimbra, logo que se soube egualmente do desembarque na Costa de Lavos, do exercito commandado por Wellesley, resolveram muitos dos principaes negociantes mandar um valioso refresco ás tropas inglezas. Esse presente foi acompanhado da carta seguinte:

«Ex.mo Sr. general em chefe das tropas de S. M. B.—Senhor: Apesar do esgotamento universal a que nos reduziram as rapinas dos nossos *barbaros hospedes*, ainda nos resta o sentimento da gratidão. As nações *ingleza* e *portugueza*, no meio de todas as diversas crises politicas, foram sempre leaes e sempre amigas; porém na presente occasião, em que luctavamos com grande valor, mas mal armados, contra um inimigo feroz, nem os nossos desejos podiam voar tanto como os soccorros que o vosso grande monarcha, e a vossa illustre nação, nos enviam.

«Em testemunho da nossa sincera amisade, do nosso summo prazer, e do vivo interesse que tomamos pelas prosperidades da *Grã-Bretanha*, nos afoutamos a remetter-vos esse pequeno refresco, correspondente ao nosso actual estado; mas não aos nossos desejos. Confiamos que V. Ex.a desculpe o arrojo que tomam os negociantes da praça de *Coimbra*, abaixo assignados. —Coimbra, 3 de Agosto de 1808.—De V. Ex.a, muito respeitosos e obedientes criados.—*Costa, Almeida, Freitas e Companhia; André Alves Leite; Marcos José Gonçalves e Companhia; Joaquim Freire de Macedo e Irmão; João Fernandes Guimarães e Companhia; Antonio José de Barros; Manoel José Rodrigues e Irmão; Francisco Antonio de Macedo; João Ferreira Maia; José Rodrigues de Macedo e Filhos; João Lopes de Sousa e Companhia; Francisco Pereira; José Antonio Ferreira de Castro; José Maria da Encarnação; Francisco José Ferreira Guimarães; Manoel Fernandes Guimarães e Companhia; José Dias de Miranda e Companhia.*»

O general inglez Arthur Wellesley, respondeu aos negociantes de Coimbra, pela fórma seguinte:

«Lavos, 6 de Agosto de 1808.—Meus Senhores: Tive a honra de receber a vossa carta, participando-me a offerta d'um presente de varios refrescos para uso da tropa que está debaixo do meu commando.

«Não posso deixar de aproveitar esta occasião de significar a profunda sensação, que me causaram os sentimentos de lealdade para com o vosso soberano, e de amor da vossa patria, os quaes vos têm feito adoptar este meio de testemunhar a vossa satisfação, leaes negociantes da cidade de *Coimbra,* pela chegada do exercito *inglez.*

«Estou certo de que este, pelo seu procedimento, merecerá sempre a vossa estima, e que com o seu soccorro a *nação portugueza* cedo poderá restabelecer o governo de seu antigo e respeitavel soberano.

«Tenho a honra de ser, meus senhores, vosso muito obediente, fiel e humilde creado. — *Arthur Wellesley.*»

1808

Pelo decreto dos governadores do reino, em nome do Principe Regente, de 28 de Dezembro de 1808, foi ordenada a creação e formação d'um regimento de cavallaria e outro de infantaria, denominados *Voluntarios Reaes do Commercio,* compostos de negociantes e mercadores das cinco classes, e destinados a servirem para a guarnição policial e defesa da capital, quando as circumstancias assim o exigissem, devendo o primeiro contar 459 praças, e o segundo 117.

As fardas das praças d'estes regimentos, eram cobertas de alamares de prata, e as calças agaloadas do mesmo metal. A cavallaria era fardada á *hussard,* tendo sobre a farda e só presa por cordões de prata, uma jaqueta tambem coberta de alamares do dito metal.

O monarcha da Inglaterra presenteou o regimento de infantaria de *Voluntarios Reaes do Commercio* de Lisboa, com o respectivo armamento, como consta de um opusculo publicado mais tarde, e que tem o seguinte titulo: — *Por occasião do armamento mandado em donativo por sua magestade britannica ao muito honrado corpo lusitano dos Voluntarios Reaes do Commercio. Canção real, offerecida ao mesmo luzidissimo corpo.* Lisboa, Imp. Regia 1810, 16.º de 14 pag.

O donativo constou de 1:200 espingardas com as respectivas bayonetas, 200 cartuchos embalados e 10 pederneiras para cada espingarda, etc.

Os regimentos dos *Voluntarios Reaes do Commercio* de Lisboa, foram dissolvidos, por terem cessado os motivos pelos quaes se crearam, ficando os officiaes com as honras inherentes aos postos que exerciam. (Ordem do dia n.º 50 de 16 de Maio de 1828, decreto de 14 de Maio).

1811

Foram espantosas as devastações, incendios e perdas de todos os generos occasionadas pela invasão franceza, especialmente nos logares do transito do inimigo.

Possuimos um opusculo intitulado: —*Breve memoria dos estragos causados no bispado de Coimbra pelo exercito francez commandado pelo general Massena, extrahida das informações, que deram os reverendos parochos, e remettida á junta de soccorro da subscripção britannica, pelo reverendo provisor governador do mesmo bispado.* Lisboa, Imp. Regia, 1812, 4.º de 14 pag. —Por esta noticia, que diz apenas respeito ao bispado de Coimbra, se pode fazer ideia da extensão de taes desgraças.

O estado calamitoso a que o nosso paiz ficou reduzido pela invasão do exercito de Massena, achou ecco no governo e nação ingleza. As povoações incendiadas, a mortalidade pela guerra e pelas molestias, consequencia d'ella, e a ruina completa da agricultura, era um quadro que commovia e para o qual não poude olhar insensivel a Inglaterra.

Na sessão da camara dos Lords de 8 de Abril de 1811, o ministro de estado, marquez de Wellesley, irmão de lord Wellington, apresentou por parte do Principe Regente a seguinte mensagem:

O Principe Regente em nome, e da parte de S. M., tendo tomado na sua seria consideração as informações que tem rece-

bido das grandes calamidades a que tem sido expostos os habitantes de uma parte do reino de Portugal, nas suas pessoas e bens, em consequencia da invasão d'aquelle paiz, e principalmente pela petulante e selvagem barbaridade exercitada pelos exercitos francezes na sua recente retirada, que não pode deixar de affectar os corações de todas as pessoas, que tem alguns sentimentos de religião ou humanidade, deseja ser habilitado pela casa dos communs, para dar aos infelizes vassallos do bom e fiel alliado de S. M., auxilios tão promptos e effectivos, que possam ser proprios n'esta interessante e consternadora occasião».

Na sessão seguinte de 9 de Abril, foi approvada a proposta do marquez de Wellesley, de 100:000 libras para auxilio aos portuguezes que tinham soffrido das calamidades da guerra.

Varios oradores trataram de justificar este donativo; e entre elles lord Harrowby, disse que ainda que pensasse o melhor possivel dos talentos dos officiaes britannicos, que estavam á testa do exercito alliado, «*não acreditava que mesmo os seus talentos tivessem produzido o seu effeito, sem os esforços do povo portuguez. Os paisanos e as milicias têm uniformemente desenvolvido o maior ardor, e o seu exercito tem combatido par a par com os soldados britannicos. Olhemos tambem,* (accrescenta o orador), *para as noticias que se tem recebido dos seus officiaes de menor graduação, e veremos que elles têm sempre a sua inteira parte no perigo, e na gloria de todos os combates*».

Tendo o parlamento inglez votado este donativo de 100:000 libras, não quizeram os cidadãos d'aquella nação deixar de corresponder ao appello que se fazia á sua generosidade.

Em uma numerosa reunião que houve em Londres no dia 24 de Abril de 1811, composta não só de cidadãos inglezes, mas de muitos negociantes portuguezes que alli se achavam residindo, se nomeou uma commissão para promover donativos.

A subscripção chegou a uma somma muito avultada. Bastará dizer que só o banco de Inglaterra subscreveu com 2:000 libras, e foram em grande numero as subscripções de 100 libras, e d'ahi para cima.

1815

Quando se reconheceu em 1809 a necessidade de um chefe capaz de reorganizar e disciplinar o exercito portuguez, foi convidado para esse cargo o general Guilherme Carr Beresford, sendo nomeado marechal e commandante em chefe do exercito portuguez, por decreto de 7 de Março d'esse anno, e assumindo esse commando em 15 do referido mez. (1)

Finda a campanha da guerra peninsular, desejou o exercito portuguez testemunhar ao marechal Beresford os seus sentimentos de gratidão pelos relevantes serviços por elle prestados a este paiz, na organização e disciplina do mesmo exercito, que collocou a par dos mais aguerridos da Europa, sendo decidido que se presenteasse o referido marechal com uma placa da grã-cruz da Ordem da Torre e Espada e uma presilha do hombro para a fita da grã-cruz, tudo de brilhantes, e uma espada curva com guarnições e bainha de ouro.

Para esse fim constituiu-se uma commissão de generaes e officiaes do nosso exercito, sendo encarregado do delineamento, desenho e direcção das differentes peças, Domingos Antonio de Sequeira, primeiro pintor da côrte, que as fez executar por artifices portuguezes.

---

(1) Beresford passou a vencer o soldo mensal de 836$666 réis e mais 600$000 réis para prato, devendo, finda a guerra, ser-lhe dado pelo governo portuguez uma pensão annual de 16 contos de réis em trez vidas.

Eis a descripção do referido presente, transcripta de um jornal da epocha:

«O punho da espada é formado de uma união de corôas de louro, que finalisam em uma cabeça de aguia, a qual se acha encimada por uma corôa de brilhantes, cuja pedra principal tem 7 quilates de pezo. Do bico da aguia sahe uma corôa de louro e n'esta se enlaça outra, proseguindo até ao numero de 12, em allusão ás 12 principaes acções, em que se tem achado sua excellencia, e que vão memoradas na bainha; estas 12 corôas formam o guardamão da espada.

«Nas orelhas da espada se acha em relevo de um e outro lado a figura da Fama, embocando duas trombetas com esta inscripção: — *Além da voz da Fama.*

«A bainha pela parte de fóra, junto do bocal, apresenta o busto de sua excellencia coroado de louro pelas duas figuras allusivas do Valor e da Victoria. No pedestal do busto se lê o seguinte: — *O Valor e a Victoria o laurearam.* E no reverso estes dois versos:

Valor, Victoria e Fama transcendentes
Volvem aureo fulgor, e fulminante.

«O espaço da bainha entre este baixo relevo e a ponteira, é dividido em 12 baixos relevos, separados uns dos outros por corôas de louro e carvalho, postas obliquamente; e o espaço triangular que fica entre o acima descripto baixo relevo e a primeira corôa, é occupado por uma figura de Marte com o escudo das armas portuguezas, e uma espada na mão em acção de accometter, tendo a seus pés varios instrumentos marciaes. No reverso está escripta esta palavra: — *Triumpho.*

«O primeiro baixo relevo entre as duas primeiras corôas de louro e carvalho, representa a batalha do Bussaco com esta inscripção no reverso: *Batalha do Bussaco;* — o segundo o *Combate da Barrosa,* com esta legenda no reverso, assim como todos os mais que se seguem. O terceiro a *Batalha de Albuera.* N'este baixo relevo vê-se sua excellencia montado a cavallo tomando pelos cabellos o lanceiro polaco, que o valoroso general n'aquella batalha com seu proprio braço aterrou. O quarto representa a *Tomada de Cidade Rodrigo;* o quinto a *Tomada*

de Badajoz; o sexto a *Batalha de Salamanca;* o setimo a *Batalha de Victoria;* o oitavo a *Tomada de S. Sebastião;* o nono a *Passagem do Nivelle;* o decimo os *Combates de Nive;* o undecimo a *Batalha de Ortez;* o duodecimo a *Entrada em Bordeaux.*

«Na ponteira de um e outro lado se vê um drago segurando nas garras uma corôa de louro com o timbre das armas de sua excellencia. Todas estas peças são de ouro, e se separam e unem por meio de parafusos; e as pertencentes á bainha se montam sobre uma bainha de prata inteiriça.

«A folha é de fino aço, forjada no Arsenal do Exercito, e enriquecida com varios lavores e arabescos, no centro dos quaes em um listão azulado se lê em letras de ouro embutidas no mesmo aço, de um lado o seguinte letreiro: *Beresford do valor a insignia empunha;* e do outro: *Heroe votado á Gloria Lusitana.*

«O boldrié é de marroquim escarlate todo bordado de ouro fino de folhagem de carvalho e louro. As peças do boldrié são egualmente de ouro; e um rico fiador guarnece o punho d'esta espada. Todas as guarnições da espada, bainha e boldrié pesam 12 marcos e 7 outavas.

«O placar e a presilha de brilhantes tem por caixa um cofre de prata com o peso de 18 marcos e 7 outavas, de exquisito gosto e delicado lavor, enriquecido com peças de relevo, tendo no centro da tampa as armas do excellentissimo senhor marechal general.

«Duas caixas de mogno com guarnições, fechaduras e escudetes, e azas de prata, com excellente polimento, encerram o cofre do placar, presilha e espada.»

1816

Finda a guerra peninsular deliberou o governo portuguez offerecer ao distincto commandante em chefe do exercito anglo-luso, lord Wellington, duque da Victoria, um magnifico presente, elaborado sob a direcção do eximio pintor Domingos Antonio de Sequeira, com o auxilio de habilissimos artistas portuguezes.

Eis a copia do officio enviado a lord Wellington, em data de 13 de Setembro de 1816, pelos governadores do reino:

«Para o duque da Victoria. — Ill.mo e Ex.mo Sr. — Temos a honra de offerecer a V. Ex.a, por ordem e em nome de sua magestade el-rei nosso senhor, uma baixella de prata, cujo plató sendo destinado a trazer á lembrança a serie de victorias que assignalaram os passos dos exercitos, que tiveram a fortuna de ser commandados por V. Ex.a, e que V. Ex.a tão gloriosamente conduziu desde as ultimas extremidades occidentaes da peninsula até ás cidades de Bordeaux e Toulouse, patenteará em toda a occasião, não só os justos sentimentos de gratidão com que será sempre recordado entre nós o nome de V. Ex.a, mas a que lhe deve toda a Europa, para cujas liberdades estes memoraveis successos concorreram tão poderosa e efficazmente.

«Persuada-se V. Ex.a do muito que nos serão agradaveis todas as occasiões em que houvermos de renovar a V. Ex.a a expressão dos sentimentos com que temos a honra de nos assignar. — De V. Ex.a — os mais attentos e fieis veneradores. — Assignados. — *Marquez de Borba — Principal Sousa — D. Miguel Pereira Forjaz — Alexandre José Ferreira Castello.* — Lisboa, 13 de Setembro de 1816.»

O plató da referida baixella era composto de symbolos e figuras allusivas aos triumphos obtidos pelos soldados portuguezes unidos aos das nações alliadas, commandados por Wellington, formando uma historia succesiva, desde o levantamento de Portugal em 1808 até á entrada dos alliados em Paris, restituição de Luiz XVIII ao throno da França, e paz geral em Abril de 1814.

Eis as inscripções gravadas no referido plató, as quaes transcrevemos do supplemento ao n.º XXIV do *Jornal de Bellas Artes* ou *Mnemosine Lusitana* de 1816:

INSCRIPÇÕES DO PLATÓ

Inscripção no sóco do término B:

Levantamento de Hespanha e Portugal, proclamando os seus legitimos soberanos, e saccudindo o jugo de Bonaparte, em Junho de 1808.

Columna direita do dito:

Roliça. – 17 de Agosto de 1808. Combate dado por inglezes e portuguezes.

Vimeiro. – 21 de Agosto de 1808. Batalha ganha por inglezes e portuguezes.

Columna esquerda do dito:

Douro. – 12 de Maio de 1809. Passagem feita pelos inglezes e portuguezes.

Talavera. – 27 e 28 de Julho de 1809. Batalha ganha por inglezes e portuguezes.

Facha da columna:

Bussaco. – 27 de Setembro de 1810. Batalha ganha por inglezes e portuguezes.

Barrosa. – Combate dado por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Sóco da columna:

Olivença. — 17 de Abril de 1810. Tomada por portuguezes.

Fuentes de Oñoro. – Combates gloriosos dados por inglezes e portuguezes.

Sóco do terço da columna:

Albuera. — 16 de Maio de 1811. Batalha ganha por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Arroyo Molinos. - 18 de Agosto de 1811. Surpresa feita por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Tabella dos Gryphos:

Ciudad Rodrigo. 19 de Janeiro de 1812. Tomada de assalto por inglezes e portuguezes.

Badajoz. - 6 de Abril de 1812. Tomada de assalto por inglezes e portuguezes.

Centro:

Por ordem de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, O. O. ao grande duque da Victoria os governadores do reino, em memoria dos gloriosos triumphos alcançados na guerra da peninsula pelos exercitos portuguez, inglez e hespanhol do seu commando, desde 1808 até 1814.

Feita por mandado dos governadores do reino de Portugal, sob a direcção de Domingos Antonio de Sequeira, primeiro pintor da camara e côrte de S. A. R., por artifices portuguezes.

Tabella dos Gryphos:

Salamanca. —22 de Julho de 1812. Batalha ganha por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Madrid. — 12 de Agosto de 1812. Entrada de inglezes e portuguezes.

Sóco do terço da columna:

Victoria. — 21 de Julho de 1813. Batalha ganha por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

S. Sebastião. — 31 de Agosto de 1813. Tomada de assalto por inglezes e portuguezes.

Facha da columna:

Pyrineos. — 25 de Julho até 2 de Agosto de 1813. Combates successivos dados por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

S. Marcial e Sancto Antonio. — 31 de Agosto de 1813. Combates dados por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Sóco da columna:

Bidassoa. —7 de Outubro de 1813. Passagem feita por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Nivelle. — 10 de Novembro de 1813. Passagem feita por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Columna direita do término A:

Nive. – 9 até 13 de Dezembro de 1813. Combates successivos dados por inglezes e portuguezes.

Bordeaux. – 21 de Março de 1814. Entrada de inglezes e portuguezes.

Columna esquerda do dito:

Orthez. — 27 de Fevereiro de 1814. Batalha ganha por inglezes e portuguezes.

Toulouse. — 10 de Abril de 1814. Batalha ganha por inglezes, portuguezes e hespanhoes.

Sóco do término A:

Entrada dos alliados do norte em Paris; deposição de Bonaparte; restituição de Luiz XVIII ao throno da França e paz geral, em Abril de 1814.

*

Por decreto do principe regente, depois D. João VI, de 13 de Março de 1811, foi concedido o titulo de conde de Vimeiro, a sir Arthur Wellesley, marechal general e commandante em chefe do exercito anglo-luso. O mesmo principe concedeu-lhe o titulo de marquez de Torres Vedras, por decreto de 17 de Dezembro do mesmo anno, e o de duque da Victoria, por decreto de 17 de Novembro de 1812.

Pelos seus triumphos na Asia e na Europa, alcançou este illustre general em Inglaterra, o titulo de marquez de Wellington e marquez do Douro. O rei de Hespanha conferiu-lhe o titulo de duque de Ciudad Rodrigo, concedendo-lhe as honras de grande de Hespanha de 1.ª classe.

Nos Paizes Baixos foi-lhe concedido o titulo de principe de Waterloo.

*

Nas *Cartas escriptas da India e da China,* por José Ignacio de Andrade, Lisboa 1847, vem publicado o retrato

do distincto pintor Domingos Antonio de Sequeira, e um soneto copiado fielmente de um impresso, revisto pelo auctor, com o seguinte titulo:

Ao insigne Domingos Antonio de Sequeira, quando desenhou e fez construir em tudo por officiaes portuguezes, o triumpho e baixella offerecida ao general Wellington, por determinação de Sua Magestade Fidelissima.

SONETO

Hum momento mais perenne ainda
Que a Fama das Victorias, passageira;
Lavraste em Portugal, Grande Sequeira,
D'Altos Emblemas, e de Obra Linda!

A gente Lusa, que em vencer não finda,
Esmeraste nas Artes a Primeira;
Pintaste com metaes, que he a maneira
Que as Artes todas ao mais alto guinda.

Das Tres Nações os Louros entreteces,
D'ellas c'o General Nobre Memoria
Repartes nos Emblemas, que offereces!

Mas nas Artes foi só tu'a Victoria:
Seja-te a Nação grata, que o mereces,
Repartindo com ella da tua Gloria.

III

FABRICO DE POLVORA EM COIMBRA

1808

Tendo-se revoltado a cidade de Coimbra contra os francezes, e não havendo polvora para a campanha que se preparava, tratou-se immediatamente de proceder no Laboratorio chimico da Universidade á elaboração d'aquelle material de guerra.

Principiaram os trabalhos logo no dia 26 de Junho, sob a intelligente direcção do lente de chimica, o dr. Thomé Rodrigues Sobral.

Na tarde d'esse dia veiu da quinta de Santa Cruz uma carrada de vides para fazer carvão.

A's 10 horas da noute appareceu já alguma polvora feita; mas como não houvesse quem soubesse encartuchar, nem tambem houvesse balas feitas, mandaram-se vir do hospital dois soldados portuguezes convalescentes, para fazerem cartuchos, e se mandaram egualmente chamar todos os ourives e funileiros para fundirem as balas, no que se occuparam toda a noite, sem descançarem, apromptando as fôrmas, fundindo e ensinando tambem os outros.

Na mesma noute se cuidou em fazer metralha para as peças que se esperavam da Figueira; e ás 6 horas da manhã estavam feitos mais de 3:000 cartuchos.

Nos dias seguintes continuou-se incessantemente a fabricação da polvora e a factura do cartuchame e de muitos

artificios necessarios para a guerra. Até ao dia 14 de Julho estavam já feitos 60:000 cartuchos. Só da imprensa da Universidade foram 207 arrobas de metal para balame, 4 resmas e meia de papel impresso, 1 resma de papel branco, e 6 pelles de pergaminho.

O dr. Thomé Rodrigues Sobral foi muito coadjuvado na direcção d'estes trabalhos, pelo dr. Manoel José Barjona, dr. Joaquim Baptista, Thomaz Joaquim Valladares, estudante do 5.º anno medico, e João de Amorim Pinto Ribeiro, estudante do 4.º anno philosophico.

Além do material de guerra fabricado no Laboratorio Chimico, foi concertado um grande numero de espingardas, e preparado um numero extraordinario de objectos necessarios para a campanha, na fabrica de fiação de Manoel Fernandes Guimarães, estabelecida na rua de João Cabreira. Esses trabalhos foram dirigidos pelo habil mestre da mesma fabrica, Bernardo Ferreira de Brito.

N'esse mesmo dia 26 de Junho publicou o governador da cidade a seguinte proclamação:

O Dr. Manoel Paes de Aragão Trigoso, Fidalgo da Casa Real, Conego e Arcediago na Sé de Vizeu, deputado do Santo Officio, Lente jubilado na cadeira de Prima da Faculdade de Canones, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, e governador da mesma cidade, etc.

Faço saber a todas as auctoridades civis e militares, que logo que esta recebam, por serviço do **Principe Regente Nosso Senhor,** e por bem da causa commum, e religião do estado, hajam sem perda de tempo de se pôrem em armas, convocando as ordenanças, milicias e quaesquer militares, que tenham dado baixa desde o anno de 1801, e todos os corpos civis, e o executarão com a maior promptidão, zelo e patriotismo, não prestando auxilio algum de viveres ao inimigo commum, e tomando todas as medidas que lhes dictar o dever e a honra de portuguezes, para que as tropas inimigas sejam embaraçadas e destroçadas, para o que, outrosim, destruirão os caminhos e pontes, por onde possam passar, e muito principalmente com artilharia,

occupando os desfiladeiros, e outros pontos defensiveis, a fim de rechaçar o dito inimigo commum; e outrosim V. mercês passarão esta ordem a todos os concelhos e terras das suas jurisdicções, e as communicarão egualmente a todas as mais auctoridades, que assim o hajam de cumprir, debaixo das penas do crime de traição ao **Principe** e á Patria, ficando cada um de V. mercês responsavel pela parte que lhes tocar.

Coimbra, 26 de Junho de 1808.

Manoel Paes de Aragão Trigoso.

*

Como vimos, foi o distincto lente de Chimica da Universidade, o Dr. Thomé Rodrigues Sobral, um dos cidadãos que no ánno de 1808 mais concorreram, em Coimbra, para a defeza do exercito nacional, fabricando polvora e outros muitos petrechos de guerra no laboratorio chimico.

Nenhum povo civilisado poderia levar a mal um similhante facto; pois que a defeza da patria é um dos deveres mais sagrados. Não o entenderam, porém, assim os francezes.

Em 1810, estes invasores, commandados por Massena, excedendo em malvadez os cafres e os hotentotes, procuraram onde era a casa do Dr. Thomé Rodrigues Sobral, e sabendo que era no sitio da Cheira, suburbios de Coimbra, dirigiram-se ahi e a incendiaram, com os valiosos livros e manuscriptos que aquelle distincto professor possuia.

Os actos de vandalismo praticados em Portugal pelos francezes, fizeram com que se abrisse em Inglaterra, a subscripção a que n'outro logar nos referimos, para acudir ás pessoas mais necessitadas e prejudicadas pelos invasores; e egualmente o principe regente D. João, ajudou com o que poude, para minorar os males publicos.

O governo portuguez praticou pela sua parte um acto dignissimo, mandando reedificar á custa da nação, por

aviso de 31 de Outubro de 1816, as casas do Dr. Thomé Rodrigues Sobral, queimadas pelos francezes.

Em Novembro de 1817 chegou a Coimbra, Joaquim Gaudencio Torres, ajudante do intendente geral da policia, para mandar proceder a esta reedificação, e para isso dirigiu no dia 22 d'aquelle mez á camara de Coimbra, o seguinte officio:

«Ill.^mos^ Srs. — A obra dos reparos dos edificios arruinados pela invasão do exercito inimigo, vae a ter principio n'esta cidade e termo. Eu não poderei conseguir a justa distribuição de tão generoso e paternal donativo, que sua magestade manda repartir por aquelles dos seus vassallos, que soffreram ruina por aquella especial causa, sem que me acompanhe com o auxilio de Vv. S.^as^, tanto para as averiguações e fiscalisação das referidas obras, como para o seu projecto.

«Tenho, portanto, contemplado em execução da ordem superior, para os primeiros trabalhos, a obra de reparo das casas do lente de chimica Thomé Rodrigues Sobral. Já fiz affixar edital para a sua arrematação, e espero que esta se faça, perante Vv. S.^as^, em acto de camara, a cujo acto me acho auctorisado por sua magestade para concorrer em negocios d'esta qualidade; e por isso rogo a Vv. S.^as^, me permitam, hoje mesmo, a minha assistencia, para poder apresentar os orçamentos, e expôr verbalmente o methodo de regular a applicação d'este donativo, em quanto não remetto a Vv. S.^as^ as instrucções que me fôram dadas a este respeito, ao que satisfarei logo que se principie na obra dos reparos em geral n'esta cidade e seu termo, devendo comprehender-se com especialidade no logar de Condeixa.

«Para dar principio á obra que hoje se arrematar, tem o encarregado dos fundos applicados para este beneficio, Francisco Xavier do Monte, remettido a Vv. S.^as^ a quantia de um conto de réis em metal, quantia por entanto sufficiente, e que Vv. S.^as^ mandarão receber para a depositar no cofre geral da comarca, para d'alli se fazerem os pagamentos aos arrematantes, pelo preço em que se receber o seu lanço, dando fiança, e regulando-se os mesmos pagamentos, na conformidade do systema da real fazenda, por ser d'esta fórma, mais seguro e commodo á mesma obra.

«Espero receber de Vv. S.as o aviso para comparecer a horas proprias.

«Deus Guarde a Vv. S.as. — Coimbra, 22 de Novembro de 1817. — Ill.mos Srs. Juiz de fóra, Presidente e Vereadores da Camara da cidade de Coimbra. — *João Gaudencio Torres.*

Com effeito, reunida no mesmo dia a Camara, com a assistencia de João Gaudencio Torres, se poz a lanços a obra de reconstrucção da casa do Dr. Thomé Rodrigues Sobral, e foi arrematada pela quantia de 730$000 réis, sendo arrematantes os carpinteiros Manuel Antonio d'Amil e seu filho Manoel Antonio das Dôres.

Este contracto, veiu porém a ser rescindido em 24 de Janeiro de 1818, a requerimento do Dr. Thomé Rodrigues Sobral. Preferiu este mandar fazer a obra por sua conta; e tendo os arrematantes feito cedencia da sua arrematação, mediante a quantia de 100$000 réis, pelos interesses que podiam ter na obra; a Camara auctorisou os arrematantes a levantarem do cofre os 100$000 réis; e o Dr. Thomé Rodrigues Sobral recebeu os 630$00 réis que restavam.

IV

CELEBRE REPRESENTAÇÃO DA CAMARA DE ANÇÃ

A villa de Ançã que actualmente faz parte do concelho e comarca de Cantanhede, foi em tempo concelho independente e fazia parte da comarca de Coimbra. Assistiam ao seu governo dois juizes ordinarios, vereadores, um procurador do concelho, escrivão da camara, um juiz dos orphãos com seu escrivão, dois tabelliães do judicial e notas, um alcaide e um ouvidor posto pelos senhores da villa, que eram os marquezes de Cascaes.

No dia 29 de Maio de 1808, realizou-se uma notavel sessão nos paços municipaes da villa de Ançã, e depois de lidas a carta da deputação portugueza, que havia ido a Bayona, e da qual fazia parte o bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, e de ser ouvido o discurso do juiz de fóra Bento Pereira do Carmo (que veiu a ser ministro do reino em 1834), foi assignada uma representação em que se pedia a Napoleão um rei da sua familia para Portugal.

Possuimos nas nossas *Miscellaneas* uma copia da acta d'essa sessão, a qual aqui transcrevemos, porque é geralmente desconhecida, e ao mesmo tempo um documento historico de grande importancia e valor, relativo á epocha da invasão franceza.

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1808, aos 29 dias do mez de Maio do dito anno, n'esta villa de

Ançã e casas da camara d'ella, onde eu escrivão vim com o dr. Juiz de Fóra d'esta mesma villa o dr. Bento Pereira do Carmo, como tambem os mais officiaes da camara ao diante assignados, e bem assim com as pessoas mais distinctas d'entre a nobreza e povo d'esta villa e seu termo, e ahi perante todos, depois d'elle ministro ter lido a carta que de Bayona em data de 27 d'Abril, os deputados portuguezes dirigiram aos seus concidãos, recitou o seguinte discurso:

«Senhores: Haveis acabado de ouvir na carta dos deputados d'este reino as promessas da vossa felicidade, feitas e affiançadas em nome do Augusto Imperador que nos governa: seremos uma nação independente, conservaremos o nosso caracter nacional, avivado pelo vigor e sabedoria de Napoleão o Grande. Tal é a dita que o venturoso futuro offerece aos portuguezes; mas para virem a effeito tão solemnes promessas, é mister todavia que os nossos concidadãos se tornem dignos d'ellas.

«E' mister depôr todos os prejuizos, ou filhos da educação ou do antigo systema do governo; é mister que animados do mesmo espirito, nos unamos todos a nossos irmãos, á grande familia européa.

«Já não ha Pyrinéos, dizia um rei de França no começo do século passado, quando seu neto vinha occupar o throno de Hespanha. Nós com maior razão diremos agora, já não ha barreiras que separem um povo de outro povo. Cessarão já d'uma vez os odios e antipathias nacionaes, pois que o genio immortal do grande Napoleão, tem affastado todos os tropeços, ou levantados pela nobreza, ou nascidos de preoccupações vulgares.

«Os francezes, italianos, portuguezes, hespanhoes e napolitanos, não formam d'aqui em diante mais do que uma grande familia de irmãos, regida por um systema uniforme e luminoso.

«Este systema organizado por S. M. Imperial e Real, posto em effeito por elle e sua augusta dynastia, tem por fim a felicidade geral do continente, que é o resultado da felicidade individual das familias.

«Não tardarão a luzir na Europa os dias d'ouro, apenas sonhados por nossos avós, em que á sombra d'uma paz permanente, possam as nações entregar-se com porfia aos trabalhos

de agricultura, da industria e do commercio; dias em que todo o individuo sentirá em cada momento da sua existencia a felicidade de viver debaixo do poder de Napoleão o Grande.

«Eu vos convido, senhores a que deis as devidas demonstrações de jubilo por tão lisongeiras esperanças; mas devemol-o fazer de uma maneira digna do soberano e da nação. O Imperador é um pae, que no meio das mais ternas effusões do coração, escuta com bondade os brados de seus filhos; na qualidade de pae receberá com benevolencia os nossos singelos agradecimentos e tambem as nossas supplicas; e na qualidade do maior monarcha, do mais poderoso imperador do Universo, fará sem duvida tudo quanto fôr a bem da nossa prosperidade».

«E logo findo que foi este discurso, assentaram elle ministro, e mais officiaes da camara e pessoas distinctas que assistiram á sessão, abaixo assignadas, que se dirigisse ao nosso Augusto Soberano, por via do Illmo e Exmo Sr. duque d'Abrantes, que tão digno se tem feito do amôr dos portuguezes, a seguinte representação:

REPRESENTAÇÃO

«Senhor! A camara da villa de Ançã, como representante de oito mil de seus concidadãos, vae aos pés do elevado throno de V. M. Imperial e Real agradecer-lhe com expressões filhas do amor e admiração, os altos beneficios, com que a bondade de V. M. Imperial e Real quer beneficiar os portuguezes.

«A camara, Senhor, conhece que todos nós somos de origem franceza; que a uma princeza franceza é que devemos a nossa organização politica, que tem durado por espaço de 700 annos; que á nação franceza é que somos devedores ainda do reconhecimento da nossa liberdade, na memoravel epocha de 1640; finalmente conhece a camara que V. M. Imperial e Real acaba de sacudir o vergonhoso jugo, que ha muitos annos fazia gemer em segredo os amigos da patria, sendo reduzida a colonia dos eternos inimigos do continente; uma nação que nos dias brilhantes da sua prosperidade, foi reconhecida por mestra do commercio e marinha dos europeus.

«Nós pretendemos ser mais do que então fomos, Senhor, e é por isso que imploramos a V. M. Imperial e Real a mui distincta

mercê de nos conceder um soberano de Sua Imperial Familia, e uma Constituição que seja em tudo similhante á que V. M. Imperial e Real houve por bem dar ao ducado de Varsovia, alterando-se unicamente o modo de eleger os representantes nacionaes, que entre nós parece que deve ser pelas Camaras, para melhor se conformar com os nossos antigos costumes.

«Queremos uma Constituição em que, bem como na Varsovia, a religião do estado seja a catholica apostolica romana, protestando pela admissão de todos os principios da ultima concordata do imperio francez, com a Sé Romana, sendo porém tolerados todos os cultos;

«Uma Constituição, Senhor, em que todos os cidadãos sejam eguaes ante a lei, e em que o nosso territorio europeu seja dividido em oito ou mais departamentos, regulando-se por esta divisão civil a ecclesiastica;

«Uma constituição em que haja no Ministerio um ministro encarregado da instrucção publica, e em que se estabeleça a liberdade de imprensa, como no imperio francez, porque a ignorancia e o erro causaram a nossa decadencia;

«Uma Constituição em que o poder executivo deva instruir-se por um conselho de estado, e sejam seus decretos cumpridos por ministros que fiquem responsaveis pela sua execução, e em que a ordem judiciaria fique independente, e julgue pelo Codigo de Napoleão;

«Uma Constituição em que os funccionarios publicos sejam os mais benemeritos d'entre os nacionaes, como se determina no titulo 11.º da Constituição Polaca, e que chegando-se a organizar e reduzir os corpos d'administração civil, economica e judiciaria, como é de interesse publico, fiquem os demittidos conservando vitaliciamente os seus ordenados, relativos aos cargos officiaes, ou beneficios de que fôrem destituidos, e que vagando qualquer emprego, lhe seja dado com preferencia, se tiverem merecimentos e costumes;

«Uma Constituição finalmente em que os bens dos corpos de mão morta, adquiridos contra o interesse nacional, e lei d'estes reinos, desde a lei do Sr. D. Diniz de 21 de Março de 1291, voltem todos á circulação; em que a distribuição dos impostos seja proporcionada aos haveres de cada individuo, sem que algum fique isento de pagal-os, procurando-se que a sua arrecadação seja mais facil e suave e em que a divida anterior do Estado seja concedida e garantida.

«Senhor, estes são os nossos desejos. V. M. Imperial e Real não verá na declaração sincera dos nossos sentimentos, senão a confiança illimitada que temos, bem como toda a nação na magnanimidade do Arbitro da Europa. O seu nome, Senhor, viverá nos nossos corações, e nos corações de nossos filhos até á derradeira posteridade, e nós não cessaremos de clamar no seio de nossas familias *Viva Napoleão o Grande, Viva a sua Augusta Dynastia.*

«E d'esta sorte houveram este auto por feito e acabado, que elle ministro, officiaes da camara e nobreza aqui assignaram. E eu Manuel Pedro d'Almeida, escrivão da camara o escrevi e assigno. — *Manoel Pedro d'Almeida,* — O Juiz de Fóra, *Bento Pereira do Carmo,* — O Vereador mais velho, *Antonio dos Reis Camelo,* — O Vereador, *Francisco da Silva Lobato Cortezão,* — O terceiro Vereador, *Francisco Bernardo da Costa Freire,* — O Procurador da Camara, *José Rodrigues,* — *Francisco d'Abreu Pereira Coutinho,* Prior, — *José de Gouveia d'Almeida Beltrão,* — *Luiz Beltrão de Gouveia e Lucena,* — *Antonio José Valerio,* — *José Angelo Saraiva de Carvalho,* — *Francisco de Paula e Oliveira,* — *Joaquim José Colaço Brandão,* — *Christovão Lopes Cerveira.*»

V

BATALHA DO BUSSACO (1)

A victoria do Bussaco teve um alcance immenso para Portugal.

Os regimentos portuguezes, recentemente organizados e disciplinados, ahi deram provas de inexcedivel bravura, e mostraram a sua competencia.

Sem a resistencia do exercito no Bussaco; sem a habil retirada sobre Coimbra, quando Massena queria passar pelo flanco esquerdo do exercito anglo-luso; e por fim sem a defeza nas linhas de Torres Vedras; os invasores entravam em Lisboa, com o que ficava de todo anniquilada esta nação.

Massena não contava com estes embaraços, que ultimamente o obrigaram a retirar de Portugal em Março de 1811.

Tinha Napoleão mandado invadir este paiz por um exercito commandado por Junot, em 1807; e por outro commandado por Soult, em 1809.

Ambas essas invasões foram repellidas; e por isso mandou Napoleão fazer terceira invasão, com um grande exercito commandado por Massena.

---

(1) Este capitulo é transcripto do livro *Algumas horas na minha livraria*, dedicado á memoria de meu pae, cuja impressão está prestes a concluir-se.

M. C.

Ao entrar em Portugal apoderou-se Massena da praça de Almeida, o que lhe fez suppôr que seria facil a conquista d'este paiz.

Enganou-se, porque achou a primeira e formidavel resistencia nas montanhas do Bussaco, e principalmente nos peitos dos seus valentes defensores.

A batalha e victoria do Bussaco, em 27 de Setembro de 1810, foi o ponto de partida para a grande lucta, que foi terminar na propria França, com a batalha de Tolosa, em 10 de abril de 1814.

*

Possuimos no seu original manuscripto uma interessantissima memoria de Fr. José de S. Silvestre, frade existente no Bussaco, quando alli se travou em 27 de Setembro de 1810, a famosa batalha.

Essa memoria é dividida em duas partes: a primeira contém uma série de noticias ácerca de varios individuos, em geral de elevada cathegoria, que em differentes epochas para alli foram desterrados; a segunda é uma curiosissima narrativa de tudo quanto occorreu n'aquella matta, por occasião da batalha do Bussaco em 1810, e de que foi testemunha presencial o religioso escriptor, tendo o seguinte titulo: — *Diario memorial dos acontecimentos observados em o convento do Bussaco em os mezes de Setembro e Outubro de 1810, por occasião da guerra franceza, escripto por Fr. José de S. Silvestre, religioso do mesmo convento, que foi testemunha de tudo.*

Foi publicada esta memoria, pela primeira vez, no *Conimbricense* de 1875, sendo muito apreciada. O sr. general Antonio Florencio de Souza Pinto, e o sr. dr. Augusto Mendes Simões de Castro, sollicitaram de Joaquim Martins de Carvalho, possuidor da valiosa memoria, a permissão de a reproduzirem na *Revista Militar* e no *Guia historico do viajante no Bussaco,* o que lhe foi promptamente concedido, sendo mais tarde pedida auctorisação por *Mr. Wil-*

liam Vivian, director do jornal de Londres, *The Gentleman's Magazine,* para poder traduzir a mesma memoria na lingua ingleza, e publical-a no seu jornal. Tendo sido egualmente concedida a respectiva permissão, foi a *Memoria* publicada no n.º 1953 do volume 275 do referido jornal, com o seguinte titulo:

«*Diary of Events at the Couvent of Bussaco in September and October, 1810, Writen by José de S. Silvestre, friar the couvent and eye — Witnesse of all that occurred. Translated, by the kind permission of Senhor J. Martins de Carvalho, owner of the original manuscript.*»

*

Os frades do Bussaco tornaram-se benemeritos pela caridade com que trataram na capella do Ancoradouro, logar escolhido na occasião da batalha para hospital de sangue, muitos feridos do exercito inimigo. Guingret, militar que fazia parte do exercito francez e escriptor muito considerado, faz por isso a estes religiosos os mais encarecidos elogios na sua *Relation historique et militaire de la campagne du Portugal sous Massena,* mostrando quanto os frades portuguezes se avantajaram aos hespanhoes em sentimentos de humanidade.

São estas as suas memoraveis palavras a respeito dos frades do Bussaco: «*Les religieux de ce monastére avaient recueilli, et traité avec la plus grande humanité, les blessés de notre armée, demeurés sur le champ de bataille, à une distance, hors de portée du secours que nous eussions desiré leur donner. Dans beaucoup d'endroits de l'Espagne, les moines les eussent achevés, au lieu d'entreprendre de leur conserver la vie.*»

Honrosissimo elogio e ao mesmo tempo valiosissimo do caracter portuguez, por ser escripto por estrangeiro e inimigo.

*

Entre as numerosas cartas que se encontram nas nossas collecções, de pessoas distinctas nas letras, ou pela sua posição social, ha algumas do conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto.

Uma d'ellas tem a data de 12 de Outubro de 1838, e n'ella são narrados varios episodios da batalha do Bussaco, dos quaes o sr. Agostinho Albano fôra testemunha.

Eis um trecho d'essa curiosa carta:

«Eu presenciei este feito. Vi subir o general francez Simon pela montanha, agarrando-se ás urzes, com a espada entre os dentes; vi *trepar* como de *gatinhas,* os caçadores que o seguiam, e formarem-se em linha quasi na *crista do monte,* d'onde foram repellidos á bayoneta pelo 74 e 38 inglezes, mas principalmente pelo regimento 8 portuguez, composto de galuchos, que 4 dias antes sairam de Coimbra, onde estavam na escola de recrutas. Foi pela primeira vez que elles viam o fogo, e se portaram como aguerridos veteranos. (1)

«Vi então morrer, ou cair morto quasi ao pé de mim, o bravo mas infeliz Antonio Coutinho, filho de Lucas de Seabra (creio eu), que era capitão do mesmo regimento.

«Vi aprisionar o general Simon, homem de um valor extremo e de grandes esperanças. Recordo-me da dignidade e honroso modo com que se houve no quartel general de lord Wellington.

---

(1) O regimento de infanteria n.º 8, a que se refere o conselheiro Agostinho Albano, mereceu a admiração dos seus chefes e de todos os companheiros de gloria durante esta campanha, sendo por muitas vezes elogiado nas ordens do dia, principiando a distinguir-se logo na batalha do Bussaco, quando este corpo era ainda composto de recrutas na sua quasi totalidade, o que fez dizer ao marechal Beresford na sua parte official: *que a conducta do regimento de infanteria n.º 8 havia sido extremamente brilhante, pelo ataque de bayoneta que fizera ao inimigo com os regimentos inglezes.*

Presenciei uma bella anecdota de um soldado de artilharia do major Arentschild, o qual pediu licença para fazer um tiro de peça sobre o parque francez, postado na frente da capella de Santo Antonio do Cantaro, e que fazia um terrivel fogo para cima, protegendo a subida da brigada Simon.

«Este soldado fez a pontaria, o official da bateria *conteirou-lhe* a peça, seguindo a direcção do soldado, que veio depois elle mesmo dar fogo á peça. A bala foi tão bem apontada, que desmontou logo a primeira peça da bateria franceza em baixo; fez ricochete, e com elle desordenou o resto da bateria e os caixões de munições que estavam na retaguarda; de modo que fez instantaneamente calar o fogo, que até alli sustentava muito bem aquella bateria.

«O major Arentschild correu ao soldado, deu-lhe uma bolsa com dinheiro, e alli o nomeou sargento.

«Vi distinctamente o conselho militar, feito debaixo de um sobreiro, junto ao sitio da Alpendurada, proximo a Santo Antonio do Cantaro, entre os marechaes Ney, Regnier e Junot, com outros generaes; depois do qual se decidiu a marcha pela estrada lateral, que vae dar á estrada real do Porto, e que n'essa noute seguiu o exercito francez.

«Em um diario de Pamplona, que do autographo copiou o dr. Loureiro, o qual eu possuia, e cuja perda sinto muito, vi explicado este acontecimento.

«Ney estava então com sezões. Curtia elle uma quando o conselho se fazia; estava deitado no chão, e em torno d'elle os outros generaes. Havia elle recusado passar ao quartel general de Massena, por quem havia sido chamado, mas com quem se achava em muito má intelligencia. Votou contra o ataque; propoz a marcha pela serra de Boialvo, evitando a posição que Wellington havia tomado; e Massena não seguiu então o conselho, que depois do ataque se viu obrigado a seguir.

«Recordo-me de ter lido n'aquelle diario a resposta de Massena, que foi esta: — *Si je parvien à mettre en ligne une division de l'armée sur la crête de la montagne, je jeterai*

les anglais sur le bassin entre Bussaco et serre de Dianteiro, et la question est decidée avant d'arriver á Lisbonne; en tout cas il me reste la route de Boialvo.»

«Será difficil descrever a desordem em que o exercito inglez e o quartel general, se viu na noite de 27 para 28, para sair da cerca do Bussaco! (1) E aquelle em que a Coimbra chegou tudo; nem aquelle em que proseguiu até á venda da Peste, aonde a cavallaria do general francez Montebrun chegou justamente ao tempo em que o exercito alliado havia passado, e ficara a cavallaria do general Cotton para proteger a retirada.

«Foi propriamente em Leiria que a ordem se restabeleceu.

«Mas eu vou saindo do Bussaco. Horrivel foi aquella noute! Cuidei ficar então prisioneiro porque fui o ultimo, quasi, que d'alli pude sair.

«Tem corrido a penna mais do que devera; é sempre doce a narração de factos presenciados; com ella vem tambem *gratas e melancolicas* recordações; mas o coração dilata-se e compraz-se. Desculpe portanto esta longa e por ventura prolixa digressão.»

---

(1) Isto é uma confusão de Agostinho Albano da Silveira Pinto. O exercito inglez não se retirou do Bussaco em a noute immediata á da batalha do dia 27 de Setembro de 1810; mas sim em a noute de 28 para 29.

No dia 28 permaneceu o exercito de Massena nas suas posições; e no entanto mandava este que o general Montebrun com um forte destacamento fosse ver se descobria alguma passagem para o exercito, o que elle conseguiu, graças á informação de um paisano portuguez, que lhe ensinou o caminho que sobre a direita vem de Mortagua a Boialvo e d'alli segue para o Sardão.

Foi pelas 6 horas da tarde do dia 28 que se poz em marcha a vanguarda do exercito francez, composta do segundo corpo, do commando de Regnier.

Desde que lord Wellington conheceu a manobra do exercito francez, tratou immediatamente de se retirar com o exercito anglo-luso sobre Coimbra, e d'aqui para as linhas de Torres Vedras; entrando logo em seguida n'esta cidade o exercito francez, no dia 1 de Outubro.

VI

ESTRAGOS CAUSADOS PELO EXERCITO DE MASSENA EM COIMBRA, CONDEIXA A VELHA E CONDEIXA A NOVA

Foram incalculaveis os damnos feitos pelo exercito francez, commandado pelo general Massena, quando invadiu Portugal em 1810. O que soffreu o bispado de Coimbra, que então constava de 290 parochias, pode avaliar-se pelo que descreve a *Breve memoria dos estragos causados no bispado de Coimbra,* a que já nos referimos no capitulo II.

No dia 3 de Outubro de 1810, foi incendiado pelo exercito francez, quando depois da batalha do Bussaco, seguia em direcção a Lisboa, o antigo edificio do senado da Camara de Coimbra, situado na antiga praça de S. Bartholomeu, (hoje praça do Commercio), o qual tinha na parte superior um grande predio com frente para a Calçada, (hoje rua de Ferreira Borges). Nos alicerces da antiga casa do senado, depois de incendiada, foram construidos os predios actualmente occupados pelo deposito das machinas *Singer* e pharmacia Donato.

Para illucidação do leitor, damos em seguida uma ligeira nota descriptiva do referido edificio.

Do lado da praça de S. Bartholomeu havia os açougues que constavam de tres arcos, e mais uma casa em seguida para o lado do sul, formando quarto arco, a que chamavam do *haver do peso.*

4

Cada um d'estes açougues tinha 4 metros de fundo e 8 metros de comprimento, e eram abobadados, pelo que não soffreram com o incendio.

Logo por cima, occupando o mesmo espaço dos açougues, havia uma casa de um andar, tambem com frente para a praça, chamada o *Paço dos Tabelliães*.

Esta casa mandara fazer a Camara em 1532 para n'ella estarem os tabelliães, servindo todos os dias seus officios, das 7 até ás 10 horas da manhã, e da 1 até ás 5 da tarde.

Posteriormente, em 1590, foi destinada essa casa para as audiencias do juiz dos orphãos e tribuna da Camara nos dias de jogos e touradas.

Em 1678 foi applicada para casa das arrematações e da junta dos *vinte e quatro*.

E depois do terremoto de 1755 foi destinada para paço do concelho.

Por cima d'esta casa de um andar, chamada dos *tabelliães*, que apenas tinha quatro metros de fundo, havia um grande predio, fazendo frente para a praça de S. Bartholomeu e Calçada. Essa casa pertencia ao capitão mór d'Eiras, Francisco de Paula Pereira de Oliveira; e tinha para o lado da praça tres andares, com seis janellas em cada um; e para a Calçada, lojas e dois andares; e em cada um d'estes, quatro janellas rasgadas e seis de peitoril. O espaço d'este grande edificio, com os açougues e paços dos tabelliães, está hoje occupado pelos edificios onde se encontra o *Deposito das machinas Singer* e *Pharmacia Donato*.

No incendio de 3 de outubro de 1810, não só foram pasto das chammas o edificio do capitão mór de Eiras e o paço dos tabelliães, mas tambem as casas contiguas do lado sul, que pertenceram ao desembargador Eusebio Tavares de Sequeira, e onde hoje está a *Casa Havaneza;* e outra casa immediata pertencente em tempo antigo a Miguel Vaz, mercador, e que em 1817 foi mandada reconstruir pelo sr. Tenreiro, de Oliveira de Cunhedo, concelho de Penacova, e hoje pertence á familia Sousa Nazareth.

Os francezes quando marchavam em seguimento do exercito anglo-luso, quizeram dar uma prova do seu vandalismo, incendiando as casas que acabamos de citar, e ainda a casa da quinta da Cheira, pertencente ao dr. Thomé Rodrigues Sobral, lente de philosophia, perdendo este professor, como já referimos em outro capitulo, não só todo o predio, mas a livraria, formada pelas suas diligencias de muitos annos; e em especial os seus preciosos manuscriptos, entre os quaes sobresaia, o seu compendio de chimica, devido ao mais aturado estudo.

Com o exercito francez tinham vindo varios portuguezes, sendo um d'elles o general Manoel Ignacio Martins Pamplona, depois conde de Subserra.

E' facto que em grande parte a elle se deve que os invasores não destruissem os estabelecimentos da Universidade.

Havendo sido condemnado á morte, mas podendo vir em 1821 para Portugal, em razão da amnistia das côrtes, tratou de se justificar do seu procedimento, para o que publicou n'aquelle mesmo anno a —*Memoria justificativa de Manoel Ignacio Martins Pamplona e sua mulher D. Isabel de Roxas de Lemos.*

Allega Pamplona n'essas *Memorias* como um dos serviços que prestou, o atalhar em Coimbra o incendio dos predios da rua da Calçada, que elle sem duvida exaggeradamente diz que poderia destruir toda a cidade.

Eis o que diz Pamplona:

«No ultimo dia já estava o exercito em movimento pela estrada de Leiria, quando se ateou um incendio em uma morada de casas na Calçada, na cidade Baixa. A rapida propagação do fogo ia reduzir a cinzas a Athenas Portugueza, effeito tanto mais inevitavel, quanto pela fuga dos habitantes não havia braços para um trabalho tão arriscado; sem o auxilio do mesmo exercito estava perdida a cidade; mas como era de esperar auxilio de um exercito inimigo, que já estava sahindo, e em breve teria inteiramente despejada a cidade? Venci tambem essa difficuldade; sollicitei e obtive ordem para

ir tirar um regimento de uma columna já em marcha, mas mais proxima, e vim com ella cortar e apagar o fogo, e assim salvei a cidade.»

*

Entre varios apontamentos que se encontram na vasta collecção de *Miscellaneas* existente na nossa livraria, ha uma nota relativa ás depredações e estragos causados pelos francezes do commando do marechal Massena, na egreja de Condeixa a Velha, a qual aqui reproduzimos, visto ser muito resumida a noticia que ácerca do mesmo assumpto, diz a *Breve Memoria* acima citada.

Quando os francezes, acossados pelo exercito anglo-luso, retiraram em Março de 1811, depois de lançar o fogo a Pombal e Redinha, incendiaram tambem Condeixa a Nova e foram bivacar em Condeixa a Velha.

A egreja d'esta ultima freguezia soffreu grande destruição, como o mostra a nota lançada por Manoel Agostinho de Carvalho, (capitão de ordenanças e nosso bisavô), no livro 3.º das contas da confraria do Santissimo da egreja de Condeixa a Velha, que é como se segue:

«Em outubro de 1810 os francezes roubaram a prata da confraria, a cera que havia, e rasgaram as vestimentas; e quando em Março de 1811 passaram na retirada, acabaram de destruir o resto das vestimentas, roupas, cera, e geralmente todos os objectos pertencentes á confraria.

«Tambem arrancaram e consumiram o retabulo do altar do Santissimo, e finalmente, como defronte da egreja estiveram bivacados, arrancaram o pulpito, taboado das sepulturas, e todos os retabulos dos altares para cozerem a comida; e sómente ficou por destruir o emmadeiramento do telhado do corpo da egreja e a porta principal, roubando o azeite que havia no armazem, quebrando as portas, etc. etc.»

O livro dos assentos dos baptisados desappareceu, não havendo por isso assentos desde 14 de Julho de 1795 até 23 de Maio de 1810.

E não foi só a destruição da egreja, tambem a casa da residencia do parocho e muitas casas da povoação de Condeixa a Velha foram destelhadas, para com as madeiras d'essas casas e a de muitas oliveiras que destruiram, fazerem o rancho no bivaque, de fórma que em Condeixa a Nova foi a madeira incendiada dentro das proprias casas, e em Condeixa a Velha foi a madeira das casas servir de combustivel no campo para o fabrico do rancho. Todas as povoações da freguezia de Condeixa a Velha soffreram muitos prejuizos.

Em Condeixa a Nova, segundo um desenho da povoação, que se encontra em poder da familia Martins de Carvalho, do logar de Atadôa do referido concelho, feito por Felix Lourenço que foi acutilado pelos francezes, (1) foram incendiadas mais de 40 casas, entrando n'este numero a egreja matriz, e os palacios dos Sás e do capitão mór. Essas casas foram sendo reconstruidas successivamente, só o não tendo sido por completo o palacio dos Sás, pertencente á casa de Anadia.

A regencia do reino com o producto da subscripção promovida em Inglaterra, mandou depois reedificar Pombal e Redinha, mas para Condeixa não chegou o dinheiro; sendo apenas dada uma indemnisação aos donos do palacio dos Sás. Os outros proprietarios que ainda algum tempo estiveram inutilmente á espera, viram-se por fim obrigados a reedificar as casas á sua custa.

A respeito do incendio de Condeixa a Nova, fez Rodrigo da Fonseca Magalhães, digno filho d'aquella terra, (2)

---

(1) Este desenho tem a seguinte inscripção: — *Condeixa destruida e incendiada pelo exercito francez, ficando todos os palacios queimados, e a egreja de Santa Christina da freguezia, e só escapou de ser incendiado o palacio do desembargador Manuel Pereira Ramos,* (hoje do sr. Manuel de Lemos Ramalho), *tudo acontecido no anno de 1811. — Felix Lourenço fez este mappa com a mão esquerda.*

(2) A Camara Municipal de Condeixa a Nova, em sessão de 2 de Janeiro de 1864, collocou na sala das suas sessões o retrato do conselheiro Rodrigo da Fonseca Magalhães, como homenagem de respeito e admiração por um tão grande vulto politico e consummado estadista, e em signal de gratidão por seus eminentes serviços á causa liberal.

o seguinte soneto, que foi publicado no *Telegrapho Portuguez,* n.º 30 de 12 de Maio de 1812.

Condeixa queimada pelos francezes no anno de 1811

Condeixa amena, que eras, ainda ha um anno
Que o Paraiso d'Eden mais mimosa,
Que torrente d'estragos lastimosa
Eclipsou o teu lustre soberano?. . .

Breve quiz dar-te o Fado deshumano
A sorte de Palmyra desditosa;
Te riscando a lembrança lacrimosa
Ao longinquo futuro do teu damno.

Tudo cedeu á chamma devorante,
Que ateada com horrida impiedade,
Qual Troia te abrasou n'um breve instante.

Patria minha, a quem não farás piedade!
Ah! veja-se em tua cinza ainda fumante,
Das grandezas do mundo a curta edade.

R. F. M.

VII

EXECUÇÕES EM COIMBRA DURANTE O PERIODO DA GUERRA PENINSULAR

Quando o marechal Massena se retirou das linhas de Torres Vedras, no principio de Março de 1811, foi perseguido activamente pelo exercito anglo-luso, até ser internado em Hespanha.

Seguiu-se uma renhida campanha, n'aquelle paiz durante o resto d'esse anno, e primeiros mezes do seguinte; sendo os factos mais notaveis a tomada de Ciudade Rodrigo pelos alliados em 19 de Janeiro, e a de Badajoz em 6 de Abril de 1812.

Tendo porém sido mandado de França o marechal Marmont, para reorganizar o exercito chamado de Portugal, tomou elle a offensiva, e por isso o exercito alliado teve de se retirar, concentrando-se dentro das fronteiras d'este reino.

Achava-se na Guarda a divisão de milicias do partido do Porto, e parte da divisão de milicias do Minho, em força de 6 a 7 mil homens, commandadas pelo brigadeiro Trant.

No dia 14 de Abril de 1812 é a[illegible]cada es[illegible] milicias por uma divisão franceza, que põe tudo em de[illegible]dada.

Principalmente o regimento de milicias do Porto portou-se tão pouco dignamente, que o marechal Beresford ordenou que depozessem as bandeiras na camara da cidade do Porto.

Os regimentos de milicias de Aveiro e de Oliveira de Azemeis, perderam as suas bandeiras, pelo que o marechal Beresford determinou que não as tornassem a ter sem que as ganhassem.

O regimento de milicias de Penafiel, que perdeu uma bandeira, foi obrigado a entregar a outra na camara de Penafiel.

Só da divisão de milicias do partido do Porto, mesmo alguns dias depois da debandada, ainda havia perto de 1:000 homens ausentes, que se não tinham reunido aos seus corpos.

Foi portanto ordenado ao brigadeiro Trant, que fizesse julgar em conselho de guerra aquelles officiaes e soldados, que lhe parecesse necessario, ou que tivessem sido os primeiros a dar exemplo para a fugida; devendo transferir os restantes d'esses 1:000 homens, como castigo, para os corpos de linha.

Os regimentos da divisão do Minho, (Guimarães, Braga, Villa do Conde, Barcellos e Barca), e os batalhões da União, não chegaram a ter o terror panico no mesmo grau que os outros, nem perderam as suas bandeiras; mas ainda assim tiveram 300 homens debandados, contra os quaes se mandou egualmente proceder.

Achava-se tambem na Guarda, por occasião d'esta debandada, o regimento de milicias de Coimbra, e um batalhão do regimento de milicias da Figueira; e por isso a Coimbra vieram ter varios fugitivos d'esses corpos, lançando vozes aterradoras de que toda a divisão portugueza tinha sido cortada.

Tres d'esses fugitivos pertenciam ao regimento de milicias da Figueira; e eram o alferes Francisco Braz Sabreu, da Figueira, o sargento José Joaquim Pinheiro, natural da Guarda e um outro sargento do mesmo corpo.

Quando porém, estavam a embarcar no logar do Cerieiro, junto ao caes de Coimbra, para se dirigirem para a Figueira, foram alli presos pelo sargento ajudante das milicias de Coimbra, José Rodrigues da Costa Vianna, por or-

dem do governador militar d'esta cidade, e conduzidos á cadeia do Aljube.

Formou-se-lhes processo, e foram condemnados á morte, sendo-lhes a sentença intimada no dia 20 de Julho seguinte.

Empregaram-se as maiores diligencias com o marechal Beresford e com a regencia do reino, para obter o seu perdão, mas tudo foi inutil.

Perante uma grande força, composta dos differentes corpos que se tinham achado na Guarda, foram fuzilados os tres infelizes, um pouco além de Santo Antonio dos Olivaes, proximo da capella de S. Sebastião.

*

Durante a guerra peninsular houve em Coimbra mais tres execuções.

Uma foi de um soldado desertor, a qual teve logar na insua da Varzea, assistindo a este acto uma grande divisão do exercito.

Outra foi tambem de um soldado desertor, proximo ao antigo muro da cerca do extincto convento de Sant'Anna, em frente da extremidade sul do Jardim Botanico. Ainda alli se vê uma cruz para commemorar este triste acontecimento.

E o terceiro foi de um soldado inglez, levado em um *fourgon* até ao sitio do Padrão, proximo d'onde agora está a estação do caminho de ferro de Coimbra B, e ahi enforcado em um choupo.

VIII

O JUIZ DO POVO DE COIMBRA
E O MARECHAL BERESFORD

Os juizes do povo exerciam, no antigo regimen, uma magistratura economica e politica de grande importancia; e com quanto fosse eleito, como em Roma o *Tribunus Plebis,* d'entre a arraya miuda, era todavia, equiparado em prerogativas a magistrados sahidos do gremio da nobreza.

Traziam os juizes do povo varas como os vereadores e juizes ordinarios (ao juiz do povo de Coimbra foi concedido o privilegio de poder usar de vara vermelha, como o de Lisboa, por carta regia de 3 de junho de 1663); liam seus filhos no desembargo do paço sem dispensa de mecanica; podiam fazer procuração por seu proprio punho; sentavam-se em cadeira de espalda, a par do corregedor, concorrendo na junta do cofre da real fazenda; finalmente de tamanha honra foi sempre considerada a posse d'esta magistratura, que por gravissima pena foi privada a cidade do Porto do seu juiz do povo, procuradores e misteres, por carta regia de 10 de Abril de 1757, e por graça especial reintegrado por carta regia de 4 de Abril de 1795.

E' d'um d'esses magistrados, o juiz do povo de Coimbra José Pedro de Jesus, a seguinte allocução dirigida aos habitantes da mesma cidade em 23 de Janeiro de 1809:

«A confiança que em mim tendes posto, amados patricios, junto ao dever do meu cargo, me põe na necessidade de vos prevenir contra a impressão, que em vossos animos possa fazer

a perpetua alternativa de novidades exaggeradas, já ao ponto de vos fazer entregar a um socego perigoso pelo agradavel d'ellas, já ao extremo de vos aterrar, e, se fosse possivel, fazer perder o animo que sempre tendes mostrado.

«Sim, povo fiel e honrado, povo de Coimbra, n'esta cidade grassam todos os dias noticias, que se fazem suspeitar pelas exaggerações absurdas com que são contadas: e quem duvida que isto seja obra d'aquelles que desejam favorecer o partido dos nossos inimigos, ou seja aterrando, ou adormecendo a nação?

«Portanto tenhamo-nos firmes em o meio termo. O nosso inimigo não é senhor da Hespanha, nem o será com a ajuda de Deus; esta nação briosa derramará todo o seu sangue, primeiro do que consinta declarar-se escrava do maior dos tyrannos; mas se acaso o delirio em que Napoleão se acha, causado pelo transtorno de seus ambiciosos e malignos planos, o conduzir até o ponto de arrojar ás nossas fronteiras alguma porção d'esses infelizes, que com facilidade sacrifica a seus vãos caprichos, corramos a arrostal-os. Povos livres nunca temeram exercitos de escravos. E de os temermos que se nos seguiria? A morte! E ainda peor, para os que vivessem, a escravidão a mais vergonhosa, a mais terrivel!

«Pois bem, concidadãos fieis e honrados, povo valoroso, temos lançado mão das armas, não as larguemos, sem vencer; e se fôr necessario morrer, a morte é preferivel á vil escravidão: cada francez, vós o sabeis, se considerou entre nós, um senhor despotico, que exigia das pessoas mais respeitaveis, officios os mais servís.

«E' justa a causa que defendemos; e qual de nós duvidará sacrificar-se pela justiça? Eu não creio que haja um só, que queira poupar-se; mas se elle existe, fuja e trema de nós, o seu nome odioso será riscado da lista dos portuguezes.

«Portanto, amigos fieis, unamo-nos firmes debaixo das ordens sempre respeitaveis do nosso excellentissimo commandante, que pela sua sabedoria, virtudes e valor, tão conhecido se nos fez, quando para sacudir o terrivel jugo *francez* tomou conta do governo d'esta cidade, então ameaçado de mais perto, sem armas e sem outros meios de defeza mais que o valôr de seus habitantes. Armas, valôr, tudo vence.

«Coimbra, 23 de Janeiro de 1809.—O juiz do povo, *José Pedro de Jesus*.»

A derrota do exercito inglez na Corunha, e morte do seu general John Moore, tinha incutido graves receios de que o marechal Soult invadisse, como effectivamente veiu a invadir, Portugal. Era debaixo d'essa impressão, que o juiz do povo de Coimbra, José Pedro de Jesus, fez a allocução que acabamos de transcrever.

Não se limitou porém a isso, e embora nas melhores intenções, e persuadido de que com o conhecimento que possuia dos recursos dos habitantes da cidade e povoações ruraes, e da topographia de toda a comarca de Coimbra, podia talvez prestar um valioso auxilio ao coronel Trant, então commandante militar da referida cidade, ousou dirigir-se-lhe dando-lhe, por diversas vezes, alguns conselhos ácerca das operações militares, e pedindo para ser informado de tudo quanto se passasse.

O coronel Trant deu parte d'este facto ao marechal Beresford, que se achava em Thomar, o qual irritado com o procedimento do juiz do povo de Coimbra, e não attendendo ás suas boas intenções, lhe dirigiu a seguinte carta:

«Senhor juiz do povo! Foi com a maior admiração, que sube pela carta do coronel Trant, commandante de Coimbra, que v. m. se atreveu a il-o procurar da parte do povo, querendo-se intrometter no que diz respeito ao movimento das tropas, debaixo das suas ordens, fazendo-lhes representações, e pedindo-lhe ser informado sobre este objecto, como se v. m. ou o povo de Coimbra, podessem ter alguma influencia, no modo de defesa, que se deve adoptar, ou que se tem adoptado para este reino.

«Este foi o procedimento dos habitantes do Porto, e a causa da ruina d'aquella rica cidade, e da morte de tantos habitantes. Julgaria eu que este exemplo tivesse mostrado bastantemente a necessidade absoluta de obedecer ás leis e ás auctoridades constituidas em uma cidade, que lhe fica tão proxima como Coimbra; mas sinto infinitamente achar, que os emissarios do inimigo têm partidarios n'essa cidade, para incitar a insubordinação, e espalhar a desordem e a confusão, pelas quaes só nos póde arruinar.

«Ainda que por muitas razões teria grande pena de impôr um castigo na cidade de Coimbra, a qual antes quereria favorecer, pelo obsequio e attenção, que n'ella pessoalmente tenho recebido; não obstante, se o povo se atreve a desprezar as leis e a resistir á auctoridade legal, ou de alguma fórma a incitar a insubordinação das tropas n'aquellas visinhanças, e se não prestar, como deve, aos chefes militares aquella obediencia, que a lei determina, sejam as suas ordens quaes forem, tenho tropas bastante fieis ao seu principe e á sua patria, para os castigar, e não demorarei um instante mandal-os marchar para esse fim.

«A sujeição que os magistrados têm para a vontade do povo é uma das causas da insubordinação, que reina actualmente n'este reino, e á qual é preciso pôr um termo.

«V. m. explicará estas intenções, e estes sentimentos aos habitantes de Coimbra, que espero conhecerão, tanto pelo proprio interesse, como pelo da patria, que esta conducta é incitada pelos emissarios francezes, e que adoptem d'aqui em diante um procedimento mais louvavel.

«Ordeno que v. m. immediatamente venha a este quartel general, informar-me do estado das cousas de Coimbra, para que eu possa por elle governar os meus movimentos, e para que v. m. responda do seu procedimento, em se ter atrevido em dictar aos officiaes militares sobre o que dfz respeito ao serviço.

«Quartel General em Thomar, 9 de Abril de 1809. — *W. C. Beresford.*»

IX

LAPIDES NAS SEPULTURAS DE ALGUNS OFFICIAES INGLEZES, MORTOS EM PORTUGAL DURANTE A GUERRA PENINSULAR

1808

Junto á estrada que vae de Paço d'Arcos para Oeiras, existem importantes pedreiras, d'onde sae a magnifica cantaria que se emprega na maior parte das obras de Lisboa.

Proximo d'essas pedreiras, do lado do Tejo, encontra-se um tumulo de pedra onde foi sepultado o cadaver do commandante de um navio de guerra britannico, morto pelos francezes em um combate naval travado nas proximidades da barra de Lisboa.

A inscripção, escripta em inglez, é um modelo das inscripções sepulchraes.

Eis a sua traducção em portuguez:

«*Este monumento é consagrado á memoria do cavalleiro Courray Shiphy, da edade de 25 annos. Foi capitão do navio de S. M. B. a Nympha. Foi morto no ataque de uma embarcação de guerra inimiga, perto do Tejo, no dia 22 de Abril de 1808. Acasos que a sabedoria humana, não pode prever, nem qualquer esforço evitar, mallograram o ataque, e terminaram a curta, mas distincta carreira do seu commandante. Emquanto porém existir o seu nome nos annaes*

da fama, e na lembrança da sua patria, é de esperar que os homens bons e valentes, de qualquer nação, acatem as suas cinzas, e contemplem respeitosos a ultima morada de um heroe.»

1808

No dia 7 de Agosto de 1808 travou-se um combate entre as forças do exercito francez, commandadas pelo general Delaborde, e as forças alliadas, (inglezas e portuguezas), commandadas por Wellington, junto das posições de Roliça, Columbeira e Zambujeira dos Carros; o qual ficou sendo conhecido pelo nome de *combate da Roliça,* por ter sido esse ponto onde vieram ás mãos os exercitos belligerantes.

N'esse combate foi morto o valente tenente coronel Lake, commandante do regimento 29 de infantaria, quando se collocou á frente do seu regimento e conseguiu electrisar os seus soldados levando-os a avançar contra as posições do inimigo n'um momento de desanimo do mesmo corpo, por causa do fogo violento que os francezes estavam fazendo.

Os seus camaradas mandaram levantar um singelo monumento a este official, em testemunho da sua bravura, o qual foi erigido junto á estrada que o regimento 29 seguia por occasião do referido ataque.

Esse monumento (que foi reconstruido em 1903 (1) a expensas dos officiaes do antigo regimento 29, hoje representado pelo 1.º batalhão *Worcester line),* tem uma inscripção em inglez na face *leste,* e a traducção em portuguez na face *norte,* que diz assim:

---

(1) Veja-se a 1.ª parte das *Invasões francezas em Portugal,* pelo sr. Victoriano J. Cesar. Lisboa, 1904.

«*A' memoria do illustre tenente coronel G. A. F. Lake, do regimento 29, que falleceu na frente do seu regimento, accomettendo o inimigo nas alturas da Columbeira no dia 17 d'Agosto de 1808. Foi erigido este monumento pelos seus camaradas officiaes, em testemunho de amizade.*»

O monumento está collocado no cume da serra da Columbeira, entre esta povoação e a de Zambujeira dos Carros, da freguezia da Roliça.

O projectil que matou o valente tenente coronel Lake, e que se encontrou no seu esqueleto, está em poder do regedor da Roliça o sr. Francisco Pacheco.

Na casa que pertence ao mesmo sr. Francisco Pacheco, esteve hospedado sir Walter Coustause, delineando os trabalhos de construcção do referido monumento.

1812

No anno de 1812, durante a guerra peninsular, foi gravemente ferido por effeito de uma mina que explodiu na brecha de Ciudad Rodrigo, em Hespanha, um parente do general Beresford, que foi transportado para o hospital de sangue da praça de Almeida, onde falleceu, sendo sepultado no baluarte de Santa Barbara, no local onde se encontra uma lapide de 1^m,50 de altura e 0^m,38 de largura, tendo gravada a seguinte inscripção em inglez e portuguez:

«*John Beresford, lieutenant in the 88th Reg.^{o} received a mortal Wound by the explosion of a mine in the breach of Ciudad Rodrigo, the 19th January 1812.*»

«*O tenente João Beresford do Regim.^{to} B.^{co} n.º 88, pelo effeito d'uma mina que voou na brecha de Ciudad Rodrigo e que elle, entre os primeiros, montou, e na noite de 19 de Janeiro de 1812, morreu na edade de 21 annos.*

«*S. Ex.ª o sr. marquez de Campo Maior, d'este modo mandou commemorar a morte d'um parente estimado.*»

1813

Em 1811, logo em seguida á passagem do exercito francez por Gouveia, foi o collegio dos jesuitas estabelecido n'aquella villa, transformado em *hospital de sangue*.

N'esse hospital falleceu mais tarde um official inglez, que por ser protestante foi sepultado na cerca, sendo-lhe erguido n'esse local, pelos seus camaradas, um singelo monumento á sua memoria, que ainda hoje alli se conserva, estando porém já pouco legivel a respectiva inscripção, devido á acção da neve e do gelo, que na estação invernosa são triviaes n'aquella villa.

O monumento é de granito, sem ornamentações. Mede $2^{m},5$ de altura, 1^{m} de largura e $2^{m},5$ de comprimento, terminando em duas facetas lisas, tambem de granito, onde está gravada a inscripção que diz:

«*Sacre to the memory of colonel Richard Collius of his Britannic majesty 83 Regiment, died in the service of his country on the 13 of Feb. 1813. This inscription is intrusted to be added to the tribut of esteem offered by his brothers officiers in the erection of this monument, by a friend who knew perfectly his virtues.*»

X

A BATALHA DE ALBUERA (1)

A batalha de Albuera foi uma das mais importantes da guerra peninsular, sendo ganha pelo exercito anglo-luso-hespanhol, commandado por Beresford, contra as forças de Napoleão, commandadas pelo general Soult, que ahi perdeu 8:000 homens

Havendo a praça de Badajoz cahido em poder dos francezes, Beresford poz-lhe cerco; mas, tendo noticia de que se aproximavam as forças do duque de Dalmacia (Soult), desistiu do seu intento e foi postar-se proximo da ponte e aldeia de Albuera, que fica a 9 kilometros da referida praça, onde no dia 16 de Maio de 1811 travou com o inimigo uma renhida batalha, cujo resultado foi decidido principalmente pela brigada portugueza de infantaria n.os 11 e 23, sendo para notar a valentia com que o primeiro batalhão de infantaria 11 repelliu uma formidavel carga de cavallaria.

O general Soult teve de retirar-se abandonando Badajoz á sua sorte.

O governo hespanhol, para commemorar este brilhante feito d'armas, mandou erigir um singelo monumento na aldeia de Albuera, que consta de um arco, flanqueado por duas columnas e encimado por uma corôa de louro, onde

---

(1) Publicámos este artigo em 1903 no *Conimbricense*, jornal de que eramos proprietario, e que então dirigiamos.

se lê: — *Albuera,* — e por baixo da corôa: — *A los valientes del 16 de Mayo de 1811.*

Nos pedestaes das columnas lê-se o seguinte: — no primeiro: *Generales españoles — Castanos, Lardazabal, Tupa Zenac, Blake, Ballesteros, España;* — no segundo: *Generales anglo-portuguezes — Beresford, Lumbey, Cole, Stewart, Altem* e *Hamilton.*

Na base, por baixo da abertura do arco, vê-se a seguinte legenda: *Mandó en xefe Beresford. (1)*

Temos presente uma carta escripta por um official portuguez, quatro dias depois da batalha de Albuera, e dirigida a seu pae.

Pertence ao nosso amigo o sr. commendador Ricardo Loureiro, muito considerado director da Agencia do Banco de Portugal em Coimbra, que com toda a amabilidade nos permittiu que a transcrevessemos nas columnas do *Conimbricense. (2)*

E' inedita essa carta, e escripta por José Jorge Loureiro, tio do cavalheiro a quem ella pertence, sendo em 1811 alferes ajudante do campo do commandante da brigada portugueza de infantaria 4 e 10, e ascendendo mais tarde ao elevado posto de general do nosso exercito, sendo nomeado ajudante de campo de sua magestade el-rei o sr. D. Pedro V, ministro da marinha, guerra e fazenda, etc.

O posto que tinha José Jorge Loureiro nessa batalha, vê-se no diploma que tambem temos presente, o qual concede ao brioso official, em nome do rei de Hespanha, a cruz de distincção creada para galardoar os generaes, officiaes e mais praças do exercito da Estremadura e corpo expedicionario, que *contribuyram activamente a la sangrienta y gloriosa batalha de la Albuera.*

---

(1) Este monumento que se encontrava completamente arruinado, foi restaurado e novamente inaugurado em 1903, sendo o acto revestido da maior solemnidade, assistindo um representante portuguez e formando-se uma columna de honra com tropas de todas as armas, para desfilar ante o glorioso monumento.

(2) O sr. Ricardo Loureiro ainda residia em Coimbra em 1903.

Eis a interessante carta de José Jorge Loureiro a seu pae, que para nós tem o grande merecimento de ser escripta por testemunha ocular, e apenas quatro dias depois de se haver ferido essa sanguinolenta batalha, que inspirou a Byron algumas sublimes estrophes.

«Meu querido pae

«Campo de Badajoz, 20 de Maio de 1811.

«A minha ultima datada do campo da batalha de Albuera, de 17 do corrente, tiraria a vocemecê dos cuidados da minha existencia. Nesse momento, a pressa, a occasião, o trabalho e o cansaço, não me deram mais tempo do que a dizer-lhe que vivia, e que a acção tinha sido a nosso favor; agora porém que tenho tempo, e que nenhum dos obstaculos que então se me offereceram me perturba, poderei fazer uma breve exposição da acção, tal qual tem chegado ao meu conhecimento.

«Jámais houve dia mais glorioso para as tres nações, do que o dia 16 de Maio, e egualmente creio que ainda na peninsula não houve um dia tão terrivel á humanidade como o referido dia 16. O caso exigiu que para a gloria da nossa causa, soffresse a humanidade com a mais terrivel mortandade que se póde imaginar, entre dois pequenos exercitos.

«Os francezes, em força de 24 a 26:000 homens, avançaram de Sevilha, debaixo do commando do general Soult, com a intenção de se dirigirem sobre Badajoz; nós que sitiavamos então esta praça, marchámos no dia 14 do corrente para Valverde. Todos pensámos que retirariamos para local diverso, mas proximo do Guadiana, e esperariamos alli outra divisão ingleza que está em marcha para se nos unir; porém succedeu o contrario, pois no dia 15 marchámos para Albuera.

«Tinham então chegado os francezes a este sitio, porém nós podémos ainda tomar posse do logar, ficando os dois exercitos divididos por uma pequena ribeira que alli passa.

«Nós não tinhamos posição que não podesse ser torneada por todos os lados; o campo não era nada forte pois a ribeira

em toda a parte dava passagem, e a cavallaria podia manobrar á vontade em todo e qualquer terreno; porém era necessario batermo-nos entre aquelle ponto e Badajoz, e nem havia melhor.

«O nosso exercito dispoz-se do seguinte modo: — o exercito de Blake com todos os demais hespanhoes que havia na direita; as divisões inglezas de Cole e Stewart no centro e a nossa divisão portugueza na esquerda.

«A's 7 horas pouco mais ou menos, começou o fogo todo sobre a direita, pois os francezes a queriam destruir. Moveu-se n'essa occasião a divisão ingleza para a rectaguarda dos hespanhoes, para os poder sustentar caso fossem forçados a retirar. A nossa divisão fazia esquerda, porém a minha brigada com outra ingleza formavamos na esquerda da linha, defendendo o logar de Albuera.

«Pelas 2 horas pouco mais ou menos, romperam os francezes a linha hespanhola. Foi então que os inglezes avançaram a sustental-os, fazendo um ataque á bayoneta, que fez immediatamente fugir os francezes.

«Avançando porém os inglezes mais do que deviam, não poderam obstar a que um regimento de cavallaria de lanceiros polacos os atacasse, ficando quasi toda a brigada ingleza morta ou prisioneira.

«As outras brigadas seguiram, porém por differente parte o inimigo, que na fuga soffreu uma cruel mortandade.

«Emquanto que na direita succedia isto, a esquerda não descançava, pois que os francezes fizeram ao mesmo tempo um ataque á povoação, que, como disse, nós defendiamos, e tendo o meu regimento avançado para sustentar os atiradores, soffreu um tão terrivel fogo de canhão, e passaram-me tantas balas e bombas junto de mim, que me considero felicissimo por haver escapado, pois por algum tempo me pareceu que era eu o alvo, tão bastas me passavam pela direita e esquerda.

«Finalmente pelas 5 horas estava quasi tudo acabado na direita, e os francezes inteira e vergonhosamente derrotados.

«As nossas perdas, entre mortos, feridos e prisioneiros, hespanhoes, inglezes e portuguezes, regula entre 5 a 6:000 homens. Os francezes devem ter perdido muito mais, parecendo-me que regulará entre 7 a 8:000 homens, apezar de trazerem durante a acção carros e gente a apanhar todos os feridos e mortos que cahiram, pois não queriam que se soubesse a sua perda.

«Nós e elles perdemos muita officialidade superior, e elles tiveram dois generaes mortos, Garau e Girard, cinco feridos, etc.

«Os officiaes inglezes que têm já visto bastantes acções, dizem que ainda não presencearam uma de tanta mortandade.

«Eu visitei o campo da batalha, causando-me um horror incrivel. Os mortos eram aos montes, e mal se encontravam pequenos carreiros por onde podiam passar os cavallos.

«Finalmente no dia 17 estiveram ambos os exercitos nos mesmos sitios em que se achavam antes de começar a batalha, e no dia 18 fugiram os francezes pela estrada de Sevilha. Os hespanhoes seguem-os, e nós vamos principiar outra vez o sitio de Badajoz.

«Saudades a todos.

«Amante e obediente filho,

J. J. Loureiro.»

XI

VARIAS NOTAS E EPISODIOS CURIOSOS

1808

Quando o general Loison se retirou em Junho de 1808 precipitadamente de Mesãofrio, contramarchando sobre Lamego, lembrando-se de que a passagem da sua divisão na barca da Regua devia ser morosa, mandou que uma parte das muitas bagageiras que o acompanhavam, atravessasse o Douro na barca do Carvalho, um pouco a montante das Caldas de Moledo, e d'alli seguisse, como seguiu, directamente para Lamego. (1)

A récua das bagageiras, arriatadas umas ás outras, tomava grande espaço, e como a estrada que seguiam era e é muito estreita e sinuosa, a força que as escoltava ia na frente e na retaguarda.

Dois homens da freguezia de Samodães, mettidos em um recanto da estrada, vendo que algumas cargas eram formadas apenas por dois sacos de lona breados e cobertos por oleados, convenceram-se de que os ditos sacos iam cheios de dinheiro, pelo que, expondo-se a serem fuzi-

---

(1) Diz Luiz de Sequeira Oliva e Sousa Cabral, no seu *Dialogo entre as principaes personagens francezas*, Lisboa, 1808, que o general Loison apezar do seu valor fugiu do Douro, deixando bagagens, artilharia e caixa militar, e com bastante magoa a sua farda rica.

lados, cortaram as sobrecargas de uma das bagageiras e fugiram com dois dos sacos.

Foram muito felizes, porém, porque a récua proseguiu sem interromper a marcha e sem a escolta os lobrigar, mas ficaram os dois homens tristes e desapontados, quando abriram os sacos e em vez de dinheiro só encontraram *botões de metal amarello para as fardas!!*... (1)

Loison chegou a Lamego na tarde do dia 21 do referido mez de Junho de 1808, aquartellando-se com o seu estado maior no Paço Episcopal. Foi porém forçado a marchar para Vizeu logo na manhã do dia immediato, e com tal precipitação o fez que deixou no quarto onde dormia dois pesados caixões todos chapeados de ferro.

Depois da Convenção de Cintra e da expulsão dos francezes, foram abertos os referidos caixões, por ordem dos governadores do reino, em Fevereiro de 1809, encontrando-se as seguintes peças de prata, segundo constava do inventario que então se lavrou, e que ainda ha poucos annos conservava no seu precioso muzeu, o fallecido conego da Sé de Lamego, rev.do Teixeira Fafe, muito illustrado amador de antiguidades.

«13 castiçaes,—2 serpentinas grandes,—2 escrivaninhas,—3 bacias de mãos e 2 jarros,—6 duzias de garfos, facas e colheres,—4 clarins,—2 grandes cruzes processionaes,—1 imagem de Christo,—1 rica banqueta de altar com 51 peças,—6 grandes salvas,—7 pucaros e 13 bacias, sendo 6 de cadeira grandes, e 7 de cabeceira mais pequenas, tudo de prata com o peso total de 462 marcos e 6 onças,—além de uma caixa forrada de marroquim, contendo um bello apparelho de chá com 13 peças de louça da India.»

---

(1) Possuimos na nossa collecção de *Cartas originaes*, um grande numero de cartas de subido valor, do nosso respeitavel amigo e erudito escriptor, o sr. dr. Pedro Augusto Ferreira, illustre continuador do *Portugal Antigo e Moderno*. Com auctorisação de sua ex.a, aproveitamos para este trabalho algumas muito curiosas descripções, que se encontram nas suas cartas, relativas ás invasões dos francezes.

Junot, tambem commetteu grandes roubos no nosso paiz. Na igreja de Miragaia da cidade do Porto, roubou diversas alfaias, pelo que no respectivo *inventario da prata roubada*, existente no archivo do governo civil do Porto, se encontra a seguinte curiosa nota: — *Roubada pelo Chinó?!*

Como é sabido, o povo designava o general Junot pelos nomes de *Jinó* ou *Chinó*, como se vê das seguintes trovas populares:

O Jinó foi ao inferno
Buscar duas testemunhas:
Achou as portas fechadas,
Poz-se a esgravatar co'as unhas.

O Jinó mail-o Maneta (1)
Diz que Portugal que é seu;
E' um demo para elles,
E mais para quem lh'o deu.

*

1808

O *Boletim do Exercito* n.º 3, datado de 7 de Julho de 1808, e assignado pelo chefe do estado maior, general Thiebault, por ordem de Junot, duque de Abrantes e general em chefe, dá conta, pela seguinte fórma, de uma *celebre batalha,* que diz ter sido travada no dia 5 de Julho, perto da Ameixoeira, entre os francezes e umas *forças portuguezas:*

«O acerto das disposições, o zelo dos officiaes, e o ardor das tropas eram como se poderia desejar; e fizeram tão rapidamente as vantagens da posição, e do numero dos inimigos, que

(1) O general Loison.

ametade das tropas, e a totalidade da artilharia, não tiveram tempo de tomar parte na acção.

«O inimigo deixou 600 mortos no campo da batalha, e para fugir mais depressa largou quasi todas as suas armas, apresentando um aspecto bem similhante ao de aldeões consternados, que imploravam a clemencia do vencedor, justamente irritado.»

. . . .

«As bandeiras dos insurgentes, que todas foram tomadas, foram esta manhã apresentadas a sua excellencia o duque de Abrantes.»

Isto é o que se lê no *Boletim do Exercito* n.º 3, mandado affixar em Lisboa, por ordem de Junot, no dia 7 de Julho de 1808. Para que o leitor, porém, fique sabendo qual o inimigo com que se defrontaram as tropas francezas, e que especie de bandeiras eram as que foram tomadas ás taes forças portuguezas, aqui transcrevemos litteralmente d'um livro da epocha, o *Observador Portuguez,* a seguinte curiosa descripção da *batalha:*

«O general francez Margaron, quando marchou com a sua divisão para Leiria, caminhava assustadissimo, e com espias adiantadas; e como que soubesse que alguns devotos se dirigiam ao *Cirio da Ameixoeira,* segundo o costume, montados em jumentos e bestinhas, levando seus cajados, tambores e bandeiras, e muitos acompanhando a pé, julgou ser elle outro D. Quichote, e repentinamente ataca os sinceros e desapercebidos devotos, gritando aos soldados: *Eis os insurgentes!* Atacam os soldados, tudo foge, desamparam os seus arranjos e bestinhas, largam as bandeiras que levavam, e ficam os valentes de Marengo e Iena senhores do campo, das cavalgaduras, e sobretudo das bandeiras da insurreição, (assim lhe chamavam), as quaes tinham a venera de Nossa Senhora, com laços de fitas de differentes côres, que elles julgavam ser para dar aos povos para divisas da insurreição. Tal foi esta victoria applaudida pelos soldados de Napoleão, até ao ponto de a affixarem publicamente, como se viu no *Boletim,* e no Quartel General se deixavam ver as bandeiras dos francezes aos seus partidistas, que querendo lisongear, applaudiam a *victoria,* e asseveravam que eram justamente bandeiras distinctivas da sublevação.»

Eis ahi o que foi a apregoada *victoria da Ameixoeira* pelos francezes: — apprehendidas as bandeiras do cirio da Senhora da Ameixoeira, e mortos e desbaratados os pobres romeiros que as conduziam e acompanhavam, sendo essas bandeiras consideradas como signaes de insurreição!!

*

1810

Depois da batalha do Bussaco, que se travou a 27 de Setembro de 1810, e provavelmente no dia 5 de Outubro do mesmo anno, em seguida ao encontro da vanguarda do exercito francez com a retaguarda do exercito anglo-luso em Pombal, tendo chegado a Leiria muitos soldados inglezes doentes, o bispo D. Manoel de Aguiar, condoido do seu estado, mandou-lhes dar entrada immediatamente no hospital da Misericordia; porém os frades capuchos arrabidos de Santo Antonio, que tinham enfermaria privativa no mesmo hospital, recusaram-se a cedel-a, facto que levou o bispo a mandar arrombar a porta, expulsando os frades da mencionada enfermaria, e restituindo-lhes a quantia de réis 400$000, que elles tinham dado por esse privilegio.

Eis a copia d'um documento comprovativo do facto que acabamos de referir, e que devemos á amabilidade do distincto investigador sr. Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, residente em Leiria.

JUNTA DE 17 DE NOVEMBRO DE 1822

«Propoz-se o requerimento do guardião e mais religiosos do convento de Santo Antonio d'esta cidade, em que diziam que havendo tido sempre n'este hospital sua enfermaria, onde se recolhiam e curavam todos os religiosos que adoeciam, acontecera que em tempo que era provedor d'esta Santa Casa o ex.^{mo} sr. D. Manoel de Aguiar, que foi bispo d'esta diocese,

foram privados d'este beneficio e esmola, porque o guardião que então era d'este convento, sem a devida reflexão se não prestou promptamente a dar a chave da dita enfermaria, que d'este hospital se lhe mandou pedir para n'ella se recolher tropa ingleza doente, pelo motivo de ser esta muita em numero e não haver já logar em todo o hospital para este fim, de que resultou mandar-se arrombar a porta da dita enfermaria para se recolher parte da dita tropa ingleza doente e resentir-se o dito ex.^mo prelado provedor, de maneira que sem a mais pequena demora convocou junta, e propondo a esta o modo de proceder do dito guardião, se accordou que os supplicantes fossem expulsos da dita enfermaria, entregando-se-lhes logo os quatrocentos mil réis do capital que este hospital administrava, applicando-se os reditos d'elles para o curativo dos religiosos doentes quando os havia; e não os havendo se lhes dava outra qualquer applicação a arbitrio d'esta respeitavel corporação; e porque esta caridade, esmola que pelos motivos sobreditos se deixou de fazer, aos supplicantes lhes fez a mais sensivel falta, pela sua muita pobreza, e até concorre para que aos religiosos repugne vir ser moradores n'este convento, por ser o unico que em toda a Provincia não tem enfermaria, o que é bem sabido e notorio; motivos estes porque os supplicantes com a mais profunda submissão e humildade propria do seu Instituto, pedem que pelo amor de Deus se lhes faça a graça e a esmola de tornar-lhe a conceder a enfermaria, esquecendo-se por compaixão do inadvertido procedimento do guardião, em que o todo da Provincia não foi culpado, entregando os supplicantes os mesmos quatrocentos mil réis que receberam, ficando assim tudo da mesma fórma que d'antes era; e attendendo a tudo o exposto se lhes deferiu como pediam na fórma que requereram.»

*

1811

Quando Massena, depois da batalha do Bussaco, teve de obliquar pelo Barril, para tomar, como tomou, a velha estrada do Porto a Lisboa, Wellington muito prudentemente se antecipou, deixando o Bussaco e tomando a frente

com o exercito anglo-luso, marchando pela mesma estrada para as linhas de Torres Vedras. E prevendo o que fatalmente succederia, como succedeu, ordenou que todos os habitantes de Santarem e Leiria abandonassem as suas casas e fossem para o sul das referidas linhas, levando comsigo tudo o que podessem, escondendo, enterrando e mesmo inutilisando o restante, designadamente vinho, azeite, cereaes e outros comestiveis, para que o exercito francez não encontrasse cousa alguma para alimento dos soldados e dos cavallos.

Foi de grande alcance esta medida, porque o exercito francez, como todos sabem, fez alto em frente das linhas de Torres Vedras, e alli se demorou cerca de meio anno, luctando com a fome e privações de toda a ordem, ao passo que dentro das linhas nada faltava.

Isto obrigou Massena a enviar fortes destacamentos, a pontos muito distantes, em busca de forragens para os cavallos e de alimento para os soldados, ou com o intuito de fazerem reconhecimentos, de que eram muitas vezes obrigados a desistir, pela forte opposição que encontravam. Em Novembro ou Dezembro de 1811, um d'esses destacamentos foi até á Covilhã, e depois de saquear essa então villa, Belmonte e outras povoações da Beira Baixa, dirigiu-se por Valhelhas para a villa de Manteigas, já dentro da serra da Estrella.

Seguiram os francezes pela unica estrada de carro muito estreita, que de Valhelhas conduzia a Manteigas pela margem esquerda do Zezere, — estrada que já vinha do tempo dos romanos, e pela qual certamente passou Caio Julio Cesar, quando na guerra contra os Erminios esteve em Manteigas, como prova uma lapide que ainda hoje se vê na soleira da porta da matriz de Santa Maria.

Essa estrada, hoje substituida por uma bella estrada a *macadam*, era de carro e plana, mas muito aberta no sopé da grande montanha ao longo do Zezere, que alli corre fundo por entre uma medonha ravina, aberta ao longo da grande serra.

Quando os habitantes da villa souberam que os francezes se aproximavam para a saquear, resolveram defendel-a a todo o transe.

Como valentes Erminios de sangue puro e homens resolutos, armaram-se o melhor que poderam com todas as espingardas que existiam na villa, machados e alavancas de ferro, e foram esperar os francezes a 3 kilometros de Manteigas, no sitio denominado Figueira Brava, — ponto bem escolhido, por ser muito defensavel.

E' um morro dos maiores, mais ingremes e mais alcantilados da grande serra, passando a custo no sopé d'elle a estrada, e seguindo-se a juzante o rio Zezere com margens abruptas. Para melhor estorvarem a passagem dos francezes, pozeram na estrada uma grande turbina d'um pisão proximo, juntaram-lhe grandes troncos d'arvore, e com alavancas deslocaram do grande morro penedos enormes com que entulharam a estrada, completando assim a barricada.

Subiram depois todos para o grande morro sobranceiro á estrada, dispostos a defender a barricada, para o que foram escavando por meio de alavancas, e pondo a geito grande numero de penedos, para os despenharem sobre a estrada, logo que se aproximassem os francezes.

Chegados estes e vendo a forte barricada, o morro sobranceiro cheio de gente armada, clamando gritando e fazendo fogo, e os enormes penedos rolando sobre a estrada, desanimaram por não poderem contornar o morro, nem terem outro caminho para Manteigas, além do que seguiam.

Tiveram portanto de bater em retirada, e nem chegaram a ver Manteigas, por estar a villa á distancia de 3 kilometros, occulta pelo grande morro, e escondida n'uma cova, junto do Zezere.

*

1811

Um habil e feliz estratagema salvou no dia 13 de Março de 1811 a cidade de Coimbra, de ser talvez incendiada pelo exercito francez, assim como o haviam sido Pombal, Redinha e Condeixa, e impede os invasores de acharem por este lado da provincia uma retirada facil.

Tendo o marechal Massena principiado no dia 5 de Março a sua retirada das celebres linhas de Torres Vedras, é perseguido e acossado na sua marcha, pelo exercito anglo-luso commandado pelo marechal Wellington.

O marechal Ney, com a sua costumada bravura, sustenta nos renhidos combates de Pombal em 11 de Março, da Redinha em 12, e de Miranda do Corvo em 14, a retirada do exercito francez, evitando assim que o grosso do exercito fosse desbaratado.

O marechal Massena manda uma força proximamente de 2:000 homens, commandados pelo general Montebrun, para vir verificar se poderia o exercito francez passar por Coimbra.

No dia 11 de Março chega esta força a Santa Clara, e no dia 12 desce até ao Rocio.

Em Coimbra achava-se o general inglez Trant, com uma divisão de perto de 6:000 homens, a maior parte de milicias, e em conformidade das instrucções que havia recebido do marechal Wellington, á aproximação dos francezes, retira-se de Coimbra sobre o Vouga em a noite de 12 para 13.

Em Coimbra não fica senão uma pequena força de 50 a 60 milicianos do regimento d'esta cidade; e achava-se cortado o segundo arco da ponte, da lado da cidade, e ahi assestada n'uma trincheira uma peça de artilharia. O rio ia então caudaloso, e era invadiavel.

No dia 13 vem um parlamentario á ponte, e exige a passagem franca ao exercito francez.

Apresenta-se a responder-lhe o aspirante de artilharia 4, José Augusto Correia Leal, (que mais tarde foi deputado em varias legislaturas). Recebe o officio que lhe passa o parlamentario atravez da cortadura da ponte; e entretanto para enganar os inimigos e fazer-lhes acreditar que em Coimbra estava grande força militar, ordenou aos poucos milicianos que aqui haviam ficado, que passassem constantemente pelo Caes e Couraça de Lisboa; e mandou collocar, espetadas em estacas, em sitio onde podessem ser vistas pelos francezes, grande numero de barretinas, trazidas do hospital.

Decorridas duas horas, volta o parlamentario francez pela resposta do officio; e outra vez lhe vae fallar o aspirante Correia Leal, dizendo-lhe que o officio havia sido mandado ao governador, que se achava fóra de Coimbra; e ao mesmo tempo lhe diz que esta cidade está preparada para uma rigorosa defeza.

Estas difficuldades na passagem por Coimbra, quando o exercito anglo-luso vinha atacando a retaguarda dos inimigos, decerto foram pelo general Montebrun participadas a Massena; deixou por isso o exercito francez de vir a Coimbra, e tendo no mesmo dia 13 chegado a Condeixa, seguiu em a noite immediata a marcha indo ficar no Casal Novo.

As tropas que tinham vindo a Santa Clara e ao Rocio, desenganadas da impossibilidade de entrarem em Coimbra, retiraram tambem na tarde do mesmo dia 13, seguindo do Rocio pela estrada da Copeira, em direcção a Miranda do Corvo.

*

1811

A marcha do exercito francez do commando de Massena, na sua retirada, em 1811, das linhas de Torres Vedras em direcção á Guarda, foi, como já referimos, o mais penosa possivel, sendo obrigados a queimar ou a abandonar grande

numero de bagagens, e a perder muita artilharia, soldados e muares, na passagem dos rios Ceira e do Alva, factos que são confirmados por M. Guingret, na *Relation historique et militaire de la campagne de Portugal sous le maréchal Massena*. Limoges, 1817.

Na madrugada do dia 16 de Março de 1811, o general Massena chegou á Louzã, e aquartellou-se com o seu estado maior em casa do desembargador Salazar. Feito o almoço, mandou immediatamente pôl-o na meza, pois estava bastante fraco e deveras fatigado pela marcha violenta que tivera de fazer de Miranda do Corvo á Louzã, na qual esteve exposto a ser apanhado de surpreza com todo o seu estado maior, pelo exercito anglo-luso.

Estava escripto porém, que não havia de ser Massena quem havia de comer o referido almoço, porque tendo recebido, ao sentar-se á meza, a noticia official e detalhada do desastre que o exercito francez soffrera na vespera á tarde, á noute, e ainda de madrugada, em Foz de Arouce, retirou-se precipitadamente da Louzã, no que andou avisadamente, pois d'ahi a pouco entrava Wellington e seu estado maior na referida villa, aquartellando-se tambem no palacete do desembargador Salazar, e comendo o appetitoso almoço que havia sido preparado para o general Massena!!

Não foi esta a primeira vez que Wellington teve o prazer de saborear os almoços preparados e destinados para os commandantes em chefe do exercito francez. Em 12 de Maio de 1809, quando o exercito anglo-luso se apossou da cidade do Porto, foi Wellington estabelecer o seu quartel general no palacio dos *Carrancas* á Torre da Marca, onde se achava installado o duque de Dalmacia. Segundo conta José Accursio das Neves, o marechal Soult estava almoçando, quando lhe vieram annunciar a entrada dos inglezes, retirando-se apressadamente e abandonando a começada refeição, que foi utilisada por lord Wellington e a sua comitiva!

XII

DEPOIS DA BATALHA DO BUSSACO

1810

Parece-nos que não foi descripto nos *Excerptos historicos* do sr. general Chaby, na *Historia da Guerra Civil* do sr. Simão José da Luz Soriano, na *Historia geral da invasão dos francezes,* ou em quaesquer outras obras referentes á guerra peninsular, um facto (do qual tinhamos imperfeito conhecimento, e apenas pelo que diz o sr. dr. Henriques Secco nas *Memorias do tempo passado e presente,* e pelo *Diccionario Bibliographico Portuguez,* quando se occupa das *Sentenças de tribunaes e juizes),* succedido ao ajudante de campo do general Loison, o portuguez João Mascarenhas Netto, a quem Massena, em seguida á batalha do Bussaco, enviara em missão secreta a França, com o fim de participar ao imperador Napoleão Bonaparte os successos da campanha até áquella data, e entregar varias e importantes cartas em Paris, sendo uma d'ellas dirigida por Massena ao principe de Neufchatel, relatando as operações do seu exercito, com o resultado da batalha do Bussaco e marcha até Coimbra. Além d'isso João Mascarenhas Netto ia incumbido de expôr e representar a precisão de reforços para se poder manter em Lisboa o exercito francez, e egualmente a falta de dinheiro que tinha a caixa militar, etc., etc.

João Mascarenhas Netto foi porém preso em Bobadella; ahi confessou a missão de que ia encarregado; depositou

na mão do bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho os documentos de que era portador; e foi em seguida enviado para Lisboa, onde o processaram e condemnaram por traição á patria, sendo garrotado e depois queimado em 2 de Abril de 1811.

D'esta execução reza a *Gazeta de Lisboa,* n.º 81 de 1811, dizendo: — «Terça feira, 2 do corrente (Abril), foi jus«tiçado de garrote, na praça do Caes do Sodré, João Mas«carenhas Netto, por ter sido traidor ao seu principe e á «sua patria. Era o portuguez que tinha sido preso em Bo«badella, levando cartas de Massena para Bonaparte. Elle «morreu arrependido dos seus crimes e da sua desgraçada «conducta. Oxalá que esta seja a ultima victima que a «patria se veja obrigada a sacrificar á sua segurança e ao «seu dever.»

Por especial favor de um nosso respeitavel amigo, o sr. dr. Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa, de Oliveira do Hospital, podémos em tempo ver uma serie de interessantissimos documentos, muitos dos quaes originaes, que hoje pertencem a este cavalheiro, e se referem com todo o desenvolvimento, á traição e prisão de João de Mascarenhas Netto.

Esses valiosos documentos enviámos nós para a exposição historica realizada no Museu de Artilharia de Lisboa, em commemoração do centenario da Guerra Peninsular, obtida a amavel acquiescencia do seu possuidor, o sr. dr. Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa.

Não podemos, devido á sua grande extensão, transcrever todos os curiosissimos documentos que fazem parte da collecção a que nos estamos referindo; limitamo-nos portanto a publicar apenas alguns, pelos quaes se pode avaliar a sua grande importancia, e o relevante serviço prestado á patria, n'essa epocha, pelo bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho.

1.º

Guia que acompanhou o bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho, quando foi apresentar ao governo varios originaes interceptados a João Mascarenhas Netto, passada pelo corregedor da comarca de Linhares.

Doutor Venancio Bernardino de Ochôa, corregedor em esta comarca de Linhares pelo Principe Regente Nosso Senhor que Deus Guarde, etc. Faço saber a todas as auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento pertença, que d'esta villa de Bobadella parte para a cidade de Lisboa o bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho, d'esta mesma villa, em diligencia de apresentar ao ill.^mo e ex.^mo D. Miguel Pereira Forjaz, papeis da maior importancia e interesse para o serviço de Sua Alteza Real. E' o mesmo bacharel de estatura ordinaria, olhos castanhos, cabello castanho claro, com grande falta d'elle, coxo da perna direita, e tem grande falta de vista, pelo que usa de oculos fixos. Leva em sua companhia o alferes de ordenanças d'esta mesma villa, Domingos José Maria para o escoltar, e dois criados. Requeiro portanto ás sobreditas auctoridades que lhe não ponham embaraço algum na sua passagem, mas antes lhe prestem todo o auxilio, fazendo-lhe aprromptar cavalgaduras quando as necessite, alojamento, guias, e todos os mais soccorros, a bem de que possa marchar com diligencia sendo muito prejudicial qualquer demora; da qual se vier a acontecer por falta dos ditos soccorros, se farão responsaveis as auctoridades que a occasionarem. E para que haja de fazer constar o referido, lhe mandei passar a presente n'esta villa de Bobadella da mesma comarca de Linhares, aos 26 dias do mez de Outubro de 1810. José da Silva Loureiro, escrivão da comarca a escrevi.

Venancio Bernardino de Ochôa.

2.º

Guia passada pelo governador da praça de Abrantes.

João Lobo Brandão de Almeida, Cavalleiro da Ordem de Malta, coronel do regimento n.º 13, governador de Abrantes, etc. —Vae apresentar-se ao ex.^mo sr. D. Miguel Pereira Forjaz, o

dr. Pedro Viegas da Costa Godinho, que vae encarregado de negocios pertencentes ao Real Serviço; e para que possa cumprir com o que está encarregado, rogo a todas as auctoridades tanto civis como militares, lhe prestem todo o auxilio que por este lhe fôr requerido, dando-lhe duas ordenanças para o acompanharem de um a outro districto, onde serão rendidas por outras duas ordenanças, e assim successivamente até Lisboa, e lhe farão pôr promptas as bestas de posta de que precisar. E para que o referido conste lhe mandei passar a presente, que vae por mim assignada e sellada com o sello das minhas armas. — Quartel em Abrantes, 1 de Novembro de 1810. —*João Lobo Brandão de Almeida,* coronel e governador.

3.º

Documento do alferes de ordenanças que escoltou o bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho, e do que succedeu durante a marcha para evitar o inimigo, que já tinha passado o Zezere, estando a sua guarda avançada nas povoações visinhas da praça de Abrantes.

Diz o bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho Abreu Amaral, da villa de Bobadella, comarca de Linhares, que sendo escoltado pelo alferes das ordenanças da dita villa, Domingos José Maria, quando o supplicante se propoz ir pessoalmente entregar aos ex.^mos^ srs. governadores d'este reino de Portugal a interceptação que o supplicante sacou ao correio (que Massena enviava ao imperador) João de Mascarenhas Netto, pretende o mesmo supplicante que o sobredito alferes lhe atteste de juramento, toda a narração da sua marcha, e incommodos que nesta houve, o fim, a fidelidade e actividade patriotica do supplicante:

P. ao senhor capitão seja servido mandar que o dito seu alferes atteste na fórma requerida.

E. R. M.

Atteste na verdade, querendo. — Bobadella, 12 de Dezembro de 1810. — *Sousa,* capitão.

Em observancia do despacho supra do meu capitão de ordenanças, José de Sousa Madeira, da villa de Bobadella, comarca de Linhares; Attesto que sendo entre os outros officiaes escolhido ou nomeado por meus commandantes, para ir escoltando até á cidade de Lisboa, ao bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho Abreu Amaral, da sobredita villa, que se propunha ir pessoalmente entregar aos ex.^{mos} governadores d'este reino a interessante interceptação que tinha tão destramente sacado a João de Mascarenhas Netto, correio ou emissario portuguez que Massena, general em chefe do exercito francez enviava ao imperador dos francezes a Paris, com effeito parti com o dito bacharel no dia 27 de Outubro de 1810 da sobredita villa, dirigindonos pelo caminho mais abreviado para a cidade de Lisboa, e por sermos certificados quasi no meio da nossa jornada, de que o inimigo commum, ficando estacado defronte das nossas linhas de defeza de Alhandra, se achava acantonado desde Santarem até proximo á beira-mar, d'onde fazia continuas e assoladoras correrias e frequentes piquetes e reconhecimentos; por isso nos foi então forçoso transitar pelo mais escarpado e montanhoso caminho, e dirigir-nos por esta fórma ao sul do Tejo, em demanda da praça de Abrantes, que estava ainda em poder dos nossos, e aqui passarmos o caudaloso Tejo.

Porém, como indo nós na altura de Villa de Rei, topassemos um correio portuguez que desfilava apressado, e nos noticiou que o inimigo commum tinha de proximo passado o caudaloso Zezere, e se approximava á dita praça, então assustada, o dito supplicante animado e mais zeloso do bem da patria e estado, do que de si proprio, cuidou em tirar da mala a interessante interceptação, para a salvar e esconder no caso que fossemos surprehendidos, e começando a persuadir-me e á mais companhia que nos escoltava de transito a transito, marchámos e andámos pelo silencio da noite, guiando-nos um pratico que o supplicante procurou e pagou á sua custa, o qual por veredas e quasi por entre o inimigo nos guiou, batendo nós felizmente ás portas da dita praça, na madrugada do dia 1 de Novembro de 1810.

Sendo patenteadas as portas, logo o supplicante buscou o ex.^{mo} governador João Lobo, que em consequencia da approximação do inimigo e convulsão em que estava a dita praça, não soffreu que o dito supplicante alli se dilatasse, e mandando-lhe dar immediatamente o requerido passaporte, e passar as neces-

sarias providencias, passámos na barca de Abrantes, (que se achava desfeita e alcatroada) o mesmo Tejo, e d'aqui transitando por todo o sul do Alemtejo aportámos a Lisboa no dia 6 de Novembro de 1810, dirigindo-se o supplicante primeiro que tudo a ir entregar fiel e pessoalmente aos ex.mos srs. governadores d'este reino de Portugal, aquella interessante interceptação, de que tanto bem resultou á salvação da patria e tudo pela descoberta do plano do inimigo e medidas que em consequencia depois se tomaram, que o vieram a transtornar, passando parte da nossa tropa para o sul do Tejo, e principiando de logo então as linhas de defeza de Almada, segurando-se por conseguinte com estas medidas Lisboa e a nossa barra do Tejo que o inimigo pretendia forçar com os soccorros de 40:000 homens que se requeriam ao imperador, pelo Alemtejo e do exercito de Andaluzia, até abrir a communicação com o exercito de Massena, estacionado ao norte do Tejo.

E' o que tenho a attestar pelo ver e ser publico e notorio, que escoltei o supplicante, o qual sempre se mostrou soffredor em todos os incommodos e fadigas, e liberal nas despesas que fazia á sua custa, e animado do maior patriotismo, que sempre o reconheci o mais zeloso do bem da patria e estado, o que tudo attesto e affirmo por veridico, e juro debaixo do juramento que prestei do meu cargo.

Bobadella, 15 de Dezembro de 1810. — *Domingos José Maria*. — Alferes.

4.º

Diz o bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho Abreu Amaral, da villa da Bobadella, comarca de Linhares, que interceptando o supplicante, em a dita villa, toda a correspondencia que Massena e outros generaes francezes enviavam de Coimbra para Paris por João de Mascarenhas Netto, e que o supplicante pessoalmente trouxe e apresentou aos ex.mos srs. governadores do reino, e se acha tanto o original como a versão, junta aos autos do processo feito ao dito Mascarenhas ha pouco sentenciado e executado na praça do Caes do Sodré d'esta cidade; pretende o supplicante por certidão do mesmo processo: 1.º o depoimento que o supplicante depoz perante o dr. corregedor

de Linhares; 2.º o original da lingua franceza; 3.º o original da lingua portugueza; e porque o escrivão Ribeiro Soares, que é o do processo a duvidára passar sem despacho de v. s.ª, portanto

P. a V. S.ª seja servido mandar que se lhe passe.

E. R. M.

Passe.—Lisboa, 7 de Maio de 1811.—*F...*

José Antonio Ribeiro Soares, escrivão dos aggravos, revistas e commissões n'esta côrte e cidade de Lisboa e casa da Supplicação d'ella, por sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor e que Deus Guarde, etc.

Certifico, que em meu poder e cartorio do dito officio, se acham uns autos de commissão crime, dos quaes o seu titulo é do theor e maneira seguinte:—*Titulo dos Autos—Lisboa, commissão—Autos crimes de portaria e mais ordens regias para ser sentenciado o reu João Mascarenhas Netto.*

Não contém mais o titulo dos ditos autos pelo modo e fórma que fica transcripto, e aos mesmos se acha appenso o summario feito ao sobredito réu, em o qual a folhas oito verso, até folhas dez, se acha o depoimento do theor seguinte:

Depoimento prestado perante o corregedor da comarca de Linhares.

Pedro Viegas da Costa Godinho, bacharel formado em leis na Universidade de Coimbra, d'esta villa, de edade disse ser de quarenta annos, costumes disse nada.

E perguntado pelo auto disse, que sendo no dia seis do corrente mez ao anoitecer, quando vinha recolhendo-se a sua casa, encontrara o capitão das ordenanças da dita villa, José de Sousa Madeira, o qual lhe noticiou que tinha aprisionado um castelhano, que dizia ser creado de servir de um capitão francez desde a tomada de Saragoça, porém que elle lhe não parecia homem vulgar; cuja noticia motivou a elle depoente o che-

gar ás grades da cadeia; e porque o preso o saudou levantando a mão á cabeça, como usam os soldados se persuadiu por isso e pelo mais da conversação que o preso era militar, não sendo um simples soldado; e vindo depois elle depoente para casa considerando no que se havia passado, se resolveu a tornar a inquiril-o, e empregar todos os meios para descobrir quem elle era, persuadindo-se que esta descoberta certamente seria util á nação e ao serviço de sua alteza real; e tendo, para melhor se insinuar na sua confiança, mandado a ceia ao preso, voltou á cadeia, e usou de todos os meios de persuasão e instancia, até que afinal o dito preso lhe disse assim repentinamente:

— Eu não sou castelhano, sou portuguez, filho do desembargador José Diogo de Mascarenhas Netto; jurei bandeiras ao imperador dos francezes, desde o tempo de Junot, de quem fui ajudante e melhor me fôra a mim a morte nessa occasião. Eu vou enviado pelo principe de Essling a Paris, debaixo de grandes recompensas que se me prometteram. Este negocio foi offerecido a muitos dos meus camaradas que não quizeram acceitar. Eu sei, vou, e estou exposto, mas não hei de morrer mais do que uma vez. Levo credenciaes para o imperador, cujas aqui enterro, e depois quando escapar, volto a buscal-as com 600 cavallos que tudo hei de aterrar e destruir.

A' vista de cuja declaração disse elle depoente, que ficara tremendo, e quasi alienado; porém levado do desejo de haver á mão as credenciaes de que elle fallava, continuou mansamente a instal-o e a mostrar-lhe desejo de ser-lhe officioso, e lhe disse: — Eu sinto vel-o n'este estado, ao mesmo tempo que não approvo o tornar-se v. s.ª contra a patria; ao que elle respondeu que além de dever guardar o juramento dado ao imperador, se vira rodeado de bayonetas para acceitar esta missão; e d'este modo continuando o dialogo entre elle e o preso, afinal conseguiu que com effeito elle lhe entregasse as credenciaes que elle depoente levou para casa, apezar de que depois de estarem já na mão d'elle depoente o preso lh'as quiz outra vez tomar, mostrando-se arrependido, instando muito que ao menos lhe entregasse duas que eram de maior importancia, porém elle depoente as guardou cuidadosamente para as levar á presença do governo de sua alteza real; e que para isso immediatamente redigiu uma carta que remetteu logo depois da restauração de Coimbra, dirigida ao ex.mo lord Wellington, mandando-a entregar á auctoridade militar que governasse em Coimbra, e que

conservára sempre nas suas mãos as proprias cartas e mais papeis que lhe entregou o preso, para as entregar a quem se lhe determinasse, cujos papeis foram os que constam da relação junta no fim d'este depoimento; e elle depoente protesta ir immediatamente apresentar ao governo pela secretaria competente, agora que se abriu a communicação para Lisboa, o que tenciona praticar no dia de ámanhã, e que para isso pedia a elle ministro todo o auxilio e direcção para a sua segurança.

E mais não disse, e assignou este seu depoimento com elle ministro.—Lido por mim, José da Silva de Loureiro, escrivão que o escrevi:—*Ochôa.*—*Pedro Viegas da Costa Godinho.*

Não contém mais o dito depoimento pelo modo e fórma que fica transcripto, e mais se acham appensos aos referidos autos os papeis achados ao reu de que se trata, dos quaes é o original da lingua franceza, pelo theor seguinte: (1)

A sua alteza o principe de Wagran e de Neufchatel, vice-condestavel, major general em

Paris.

Monsenhor.—A 16 pozemo-nos em marcha para entrar em Portugal, como já informei a vossa alteza. Ao quinto dia chegámos a Vizeu, depois de ter atravessado muito maus caminhos. Alli fomos obrigados a demorar-nos cinco dias para dar tempo ao parque de artilharia e equipagens, de chegarem e de se concertarem, como tive a honra de vos participar mesmo de Vizeu.

A 25 parti d'esta ultima cidade. Ao terceiro dia (?) de marcha achei-me diante da posição do Bussaco, que estava occupado pelos dois exercitos inglez e portuguez reunidos, e reconheci aquella posição.

---

(1) Os documentos que seguem, estão escriptos na lingua franceza, acompanhados da traducção portugueza. Para não avolumarmos a transcripção com uma repetição inutil, só publicamos a traducção portugueza.

No dia seguinte ao amanhecer, fiz atacar na esquerda pelo 2.º corpo, e no centro pelo 6.º; e o 8.º ficava em reserva.

A posição é certamente a mais forte de todo Portugal; o general Reignier chegou comtudo ao cume da eminencia, e alli começava a estabelecer-se quando o general Hill com um corpo de 20:000 homens atacou em columna cerrada as tropas, que opprimidas de fadiga, principiaram a formar-se sobre o cume das montanhas, d'onde as forçou a descer. Este movimento de retirada sustentado por uma forte reserva, fez-se em boa ordem e o 2.º corpo recuperou a sua primeira posição.

Achavam-se no centro as divisões Loison e Marchand. A primeira atacou sobre a direita da estrada que vae ter ao convento do Bussaco, e a outra atacou para a esquerda. Obrigado o general Loison a trepar por uma montanha muito escarpada para tornar a entrar na estrada real, alli chegou depois de grandes esforços, mas não teve tempo de se formar em columna e estabelecer-se; duas columnas inglezas cerradas em massa e protegidas por uma numerosa artilharia, carregaram e forçaram aquella divisão a retroceder.

O general Marchand, que devia suster este ataque, tomou posição para suspender o inimigo; os inglezes não ousaram avançar mais de 300 toezas fóra da sua linha de batalha. O resto do dia passou-se em escaramuças.

Depois de haver reconhecido attentamente esta posição, que lord Wellington não se teria atrevido a tomar, se assim como eu, a não tivesse julgado extremamente foita, tomei logo o meu partido, e procurei obter por minhas manobras, uma vantagem que nos teria custado demasiado numero de soldados. Mandei partidas de cavallaria á direita e esquerda, a reconhecer o paiz, e para ter o inimigo incerto da direcção dos meus movimentos. Segundo as informações que tive, resolvi-me a rodear o exercito inglez pela minha direita. A posição da ponte da Murcella que o inimigo havia entrincheirado, e por ella podia marchar de flanco pelo cume de Penacova, lhe facilitava os meios de alli ajuntar todas as suas forças em menos de duas horas, em vez de que a estrada do Sardão atravessando o desfiladeiro do Caramullo me conduzia a Boialvo, paiz aberto e facil: este movimento rodeava a esquerda do inimigo, e me punha em estado de marcha sobre o seu flanco.

A 29 ás 6 horas da tarde, deixei a povoação da Moura e marchei para Boialvo. O 8.º corpo que não tinha tido perda

fazia a vanguarda; o 6.º formava o centro, e o 2.º a rectaguarda. Seguiam-me todos os meus feridos em carros e bestas de carga. Depois da meia noute, percebendo o inimigo esta manobra sobre a sua esquerda, deixou no Bussaco uma forte rectaguarda e marchou em grande desordem por varias columnas para Coimbra, depois de ter feito ir pelos ares todas as suas munições e queimado todos os seus armazens.

Cheguei no 1.º a Coimbra onde o inimigo tinha deixado toda a sua cavallaria com alguns regimentos de infantaria, que eu fiz atacar e d'alli se retirou para Condeixa.

A 2 mandei a vanguarda para aquella villa, e o inimigo d'alli foi tambem expulso. Hoje está elle na Redinha. A minha cavallaria cobre todos os caminhos que vão ter á estrada de Lisboa, e o general Montebrun encaminhou-se para a Figueira.

Lord Wellington está com o exercito anglo-luso em plena retirada para Lisboa. Elle annuncia o projecto de querer-nos disputar todas as posições. Eu marcho em um só corpo, e farei quanto poder para decidil-o a dar batalha, unico meio de o destruir, ou de o forçar a tornar-se a embarcar.

Calcula-se o numero dos dois exercitos inglez e portuguez, de 60 a 70:000 homens, inclusos 25:000 inglezes. O inimigo queima e destroe tudo á medida que evacua o paiz. Forçam todos os habitantes a abandonar os seus lares. Coimbra, cidade de 20:000 almas está deserta; não achámos nenhuns viveres. O exercito sustenta-se do milho e legumes que achamos ainda por colher.

Lord Wellington, não ousando esperar-nos, em campo raso, procura destruir-nos arruinando tudo o que podesse alimentar-nos. Os moradores das cidades e villas, são mui desgraçados; elle os constrange a servir sob pena de morte; emfim nennuma época da historia offerece exemplos de tão grande barbaridade.

A nossa perda entre mortos e feridos é pouco mais de 3:000 homens, entrando muitos officiaes. O general Simon da divisão Loison perigosamente ferido, ficou nas fileiras do inimigo; o general Graindorge morreu de suas feridas; o general de divisão Melre está ferido; os generaes de brigada Foy e Mancune o estão egualmente; elles não poderão por algum tempo tornar a servir; os coroneis do 26.º de linha, do 6.º e 32.º de infantaria ligeira, foram mortos, e varios outros feridos. Falta nos corpos grande numero de officiaes, que seria necessario preencher.

O exercito anglo-portuguez confessou ter perdido 4:000 homens, metade dos quaes são inglezes.

Deixo os feridos e doentes em Coimbra, onde faço entrincheirar dois conventos. Ahi não poderei deixar senão um pequeno numero de tropas para defendel-os. Bater os inglezes e forçal-os a embarcarem novamente é a melhor defeza que eu posso deixar-lhes.

O general Rupin merece os maiores elogios, e portou-se como general experimentado. O general Loison continua a justificar a sua reputação. Emfim, os officiaes e soldados todos combateram com valor e enthusiasmo.

Mandar-vos-hei a lista das recompensas que se devem distribuir pelo exforçado exercito de Portugal, animado do maior apego ao serviço de sua magestade o imperador.

Sou com respeitoso obsequio.—Monsenhor de vossa alteza. —O mais humilde e mais obediente servidor.—O marechal principe Essling, commandante em chefe do exercito de Portugal.—*Massena.*

Coimbra, 4 de Outubro de 1810.

5.º

A' senhora marechala duqueza de Eschingue.—Paris.

Coimbra, 4 de Outubro de 1810.—Apesar da melhor vontade do mundo, nas circumstancias actuaes, não posso querida amiga minha, dar-te novas de mim senão bem raras vezes, até que hajamos chegado ao fim da nossa expedição; logo que estejamos em Lisboa, espero que as nossas communicações se abram pelo Tejo com o exercito que se acha na Andaluzia, ou por meio de reforços que o imperador dirija em nosso apoio.

As nossas operações vão mui bem, e até além das nossas esperanças; os inglezes fogem e dão-se antes a arruinar Portugal que a defender as suas posições.

E' provavel que elles se embarquem em Lisboa, e que comsigo levem o maior numero que poderem dos mancebos d'este desgraçado paiz, o que lhes servirá de indemnisação das despezas que occasiona esta guerra.

A minha saude continua a ser muito boa; todos estes senhores passam egualmente muito bem.

Monsenhor de Segur entregou-me a tua carta. Este official está addido ao principe de Essling. Pódes dizer a seu pae, que aproveitarei todas as occasiões para manifestar-lhe a minha estima.

Mil recommendações ao bom Auguio e aos nossos bons amigos.

Todo teu e de todo o coração

Nap. Al. e Eug.

6.º

A' senhora Dervien de Villars.—Rua de S. Pedro, Passeio das Muralhas, em Paris.

Coimbra, 4 de Outubro de 1810.—Estamos em Coimbra e vamos para Lisboa. Eu passo muito bem.

Todo vosso

P. P.

7.º

A' senhora Renique.—Rua da Ilha, n.º 55, Arrabalde de S. Germano.

Coimbra, 4 de Outubro de 1810.—Amiga minha. Meu irmão e eu gozamos de perfeita saude. Eu te abraço do coração querida mãesinha minha, e egualmente meu irmão. Dar-te-hei novas minhas logo que me fôr possivel. Desejo-te boa saude e está sem cuidado.

Teu

Ey.

8.º

Carta de Massena ao governador de Salamanca, apprehendida ao official preso em Bobadella, encarregado de levar correspondencia official e particular a Paris.

Coimbra, 4 de Outubro de 1810.—Senhor governador.—O official que vos ha de entregar a presente, é por mim enviado a

sua magestade imperial, levando um officio importante. Tereis a bondade de fornecer-lhe o dinheiro necessario para a sua jornada e para vestir-se. A sua missão é da maior importancia, o que vos impõe o dever de fornecer-lhe tudo o que elle possa precisar para preenchel-a.

O marechal principe de Essling, commandante em chefe do exercito de Portugal.—*Massena.*

Ao senhor general Royer, governador de Salamanca.

9.º

Serie de perguntas e respostas para serem decoradas pelo official que foi preso em Bobadella, afim de serem exactamente repetidas ao imperador, no caso de, por qualquer motivo, se ver obrigado a inutilizar a correspondencia official.

1.ª Pergunta.—Onde deixastes o exercito?

Resposta.—Marchando para Lisboa. A vanguarda estava na Redinha. O general em chefe partiu no mesmo dia que eu.

2.ª Pergunta.—Onde se deixaram os feridos e os doentes?

Resposta.—Em Coimbra com uma guarda de policia e com os viveres necessarios, tendo feito aos poucos moradores que alli se achavam e aos que tornaram a entrar, responsaveis da sorte dos francezes que alli se deixavam.

3.ª Pergunta.—Qual é o espirito do exercito?

Resposta.—Bom, sobretudo depois da manobra do general em chefe, que rodeou a posição do inimigo.

4.ª Pergunta.—Qual é o espirito dos portuguezes?

Resposta.—Cheio de fanatismo; os principaes são todos inglezes; o povo meudo está aterrado pelo inimigo.

5.ª Pergunta.—Crêdes que se chegará a Lisboa?

Resposta.—Tudo o faz esperar, estando os inglezes em plena retirada e os francezes cheios de confiança no general em chefe.

6.ª Pergunta.—Acham-se recursos no paiz?

Resposta.—Nenhuns a não ser os legumes que ainda estão nos campos. Os soldados não têm padecido até ao presente.

7.ª Pergunta.—Os commandantes dos corpos estão de accordo com o general em chefe?

Resposta.—Não sei, mas o caracter do general em chefe, impõe respeito aos commandantes dos corpos do exercito.

8.ª Pergunta.—O exercito tem muitas munições?

Resposta.—Sei que tem dois milhões de cartuchos nas suas reservas, sem contar os que têm nas patronas.

9.ª Pergunta.—Tivestes muitos feridos na batalha do Bussaco?

Resposta.—Ouço dizer que tinha havido de 2:500 a 3:000; mas que por sua propria confissão perderam os inglezes 4:000. O exercito teria precisão de reforço para manter-se em Lisboa, e não tem um real em caixa.

10.ª Pergunta.—A quanto julgaes que montam os exercitos inglez e portuguez?

Resposta.—De 60 a 70 mil homens, 25 a 30 mil dos quaes são inglezes, sem contar milicias e ordenanças.

11.ª Pergunta.—Quaes são os projectos dos inglezes?

Resposta.—Defender Lisboa e suas visinhanças, e ahi fazer ir pelos ares os edificios publicos. Os inglezes inspiram grande terror no paiz, forçando todos os habitantes a abandonar as suas casas e a queimar, sob pena de morte todos os seus recursos. Portugal está um deserto.

12.ª e ultima pergunta.—Temos muitos doentes no exercito?

Resposta.—Não muitos. Os soldados passam muito bem, e não desejam vivamente senão arrostar-se com os inglezes.

10.ª

Portaria de louvor ao bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho

Sendo presente ao Principe Regente Nosso Senhor, os factos que vossa mercê menciona na representação que lhe dirigiu na data de 22 do corrente, manda o mesmo Senhor louvar a vossa mercê o seu zelo e as provas que tem dado de um honrado e leal vassallo o que participo a vossa mercê para sua intelligencia e satisfação.

Deus Guarde a vossa mercê.—Palacio do governo, em 24 de Abril de 1811.

D. Miguel Pereira Forjaz.

Senhor Pedro Viegas da Costa Godinho Abreu Amaral.

II.ª

Documentos que comprovam a destruição pelos francezes, da propriedade do bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho.

Francisco Doutel de Moraes Sarmento, fidalgo cavalleiro da casa real do Principe Regente Nosso Senhor, prior collado em a egreja de Nossa Senhora da Graça da villa de Bobadella, comarca de Linhares, bispado de Coimbra, attesto que os barbaros inimigos francezes invadiram esta villa e freguezia da Bobadella em os dias 17, 18, 19 e 20 de Março do presente anno, e n'esta invasão roubaram ao bacharel Pedro Viegas da Costa Godinho e seus irmãos, d'esta minha freguezia, os seus fructos de milho, pão trigo, azeite, carnes de porco, roupas de lã e linho, damascos e tudo o mais que era em grande quantidade, e depois queimaram as casas dos mesmos supplicantes e capella com todos os seus trastes e adornos, ficando tudo reduzido a cinzas, e os referidos irmãos e familia obrigados a habitar em casas alheias, e sem meios para comprar tudo que lhe é necessario para a sua subsistencia e de sua numerosa familia, quanto mais para reedificar a dita casa, que era o melhor edificio d'esta villa, cuja grande perda foi avaliada judicialmente pela justiça territorial em 90 mil cruzados. E por ser verdade e o ter observado passei o presente attestado que juro *per sacra,* o qual assignei e sellei com o sello das minhas armas.

Residencia da Bobadella, 19 de Julho de 1811.

O prior.— *Francisco Doutel de Moraes Sarmento.*

INDICE

PUBLICAÇÕES

DE

FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DE CARVALHO

1 — Noções elementares de tiro. — Coimbra, 1871.
2 — Noticia historica do regimento de infantaria n.º 9. — Coimbra, 1878.
3 — Instrucção de tiro. Conferencia militar. — Aveiro, 1880.
4 — A nossa alliada. Artigos publicados pelo redactor do *Conimbricense*, Joaquim Martins de Carvalho. — Porto, 1883.
5 — Relatorio trimestral, segundo o que dispõe a Ordem do Exercito n.º 13 de 1879. — Coimbra, 1884.
6 — Instrucção pratica sobre o serviço de infantaria em campanha. — Coimbra, 1887.
7 — Subsidios para a historia dos regimentos de infantaria e caçadores do exercito portuguez. — Coimbra, 1888.
8 — Manual para a instrucção theorico-pratica de infantaria. (Edição official). — Lisboa, 1888.
9 — Diccionario Bibliographico Militar Portuguez. (Publicação auctorizada pelo Ministerio da Guerra). — Lisboa, 1891.
10 — Manual para a instrucção theorico-pratica de infantaria. (Segunda edição official). — Lisboa, 1891.
11 — Noticia historica do regimento de infantaria 16. — Lisboa, 1892.
12 — Guia militar para uso dos primeiros cabos candidatos ao posto de 2.º sargento de infantaria. — Lisboa, 1894.
13 — Noções elementares de tiro destinadas provisoriamente ao ensino da instrucção theorico-pratica de tiro no batalhão de infantaria do Estado da India. — Nova Gôa, 1896.
14 — Associações de Coimbra. (Subsidios para a sua historia). — Coimbra, 1907.
15 — Subsidios para a historia do jornalismo em Coimbra. (Incompleto). — Coimbra, 1907.
16 — *O Conimbricense*. (Numero commemorativo do centenario da publicação da *Minerva Lusitana*, o primeiro jornal de Coimbra). — Coimbra, 1908.
17 — Guerra Peninsular. Notas, episodios e extractos curiosos. — Coimbra, 1910.
18 — Algumas horas na minha livraria. — Coimbra, 1910.

EM VIA DE PUBLICAÇÃO

19 — Diccionario Bibliographico Militar Portuguez. (Segunda edição refundida e ampliada).
20 — Successos politicos de 1826 a 1834. Catalogo das publicações relativas a estes successos, (entre as quaes algumas de grande raridade, feitas durante a emigração liberal), que se encontram na livraria de Francisco Augusto Martins de Carvalho.
21 — Monumentos militares portuguezes.

